Jean Paulhan
O MARQUÊS DE SADE
E A SUA CÚMPLICE
seguido de
PORTUGAL EM SADE,
SADE EM PORTUGAL
hiena

O MARQUÊS DE SADE
E A SUA CÚMPLICE
seguido de
PORTUGAL EM SADE,
SADE EM PORTUGAL

HIENA EDITORA
Apartado 2481
1112 LISBOA CODEX

Título original
LE MARQUIS DE SADE ET SA COMPLICE

Autor
JEAN PAULHAN

Tradução de
ALBERTO NUNES SAMPAIO

Capa de
RUI ANDRÉ DELÍDIA
s/pormenor de INGRES

Lisboa, Novembro de 1992

JEAN PAULHAN

O MARQUÊS DE SADE E A SUA CÚMPLICE

seguido de

PORTUGAL EM SADE, SADE EM PORTUGAL

HIENA EDITORA

JEAN PAULHAN: A EMINÊNCIA PARDA

PIERRE BOISDEFFRE:

Por volta de 1945, a República das Letras tornou homem público o mais secreto e mais influente dos escritores franceses — durante vinte anos seu secretário particular, tal como Maquiavel outrora, junto do Conselho dos Dez. Grande Prémio de Literatura da Academia Francesa, Comendador da Legião de Honra, Jean Paulhan entrava na celebridade burguesa sem lhe ser pedido para renegar os manes de Sade, a literatura negra e os pintores malditos.

Nascido em Nîmes «por volta de 1885[1]*», e filho do filósofo Frédéric Paulhan, depois de exercer vários e vagamente misteriosos ofícios (prospector de ouro em Madagáscar, professor de línguas orientais, redactor do Spectacteur), em 1920 entrou para a Nouvelle Révue Française*[2]*. De então para diante a sua vida confunde-se com a actividade da revista, da qual foi chefe-de-redacção depois de Jacques Rivière morrer. Já dissemos noutro lado que papel teve na literatura clandestina, e como ele lhe permitiu levantar-se contra as «proscrições do C. N. E. antes de cortar definitivamente as pontes por intermédio de uma* Carta *«aos directores da Resistência», que escandalizou*[3]*. Durante o intermédio da guerra,*

---

[1] Na verdade, em 2 de Dezembro de 1884. *(N. do T.)*

[2] Ou seja, para a editora Gallimard. *(N. do T.)*

[3] Explicando melhor, Paulhan e Blanzat foram os «motores» do jornal *Résistence* e da revista *La Pensée Libre*, clandestinos. Paulhan foi preso e libertado (depois de uma intervenção de Drieu La Rochelle). Mais tarde concebeu a ideia do C. N. E.

prolongado pelas incertezas da Libertação (e pela condenação que pesava sobre a N. R. F. *de Drieu, que Paulhan viria a substituir pelos luxuosos e ineficazes* Cahiers de la Pléiade*), refugiou-se na* Temps Modernes, *e depois na* Table Ronde, *pareceu estar exilado até 1 de Janeiro de 1953, altura em que pôde finalmente ressuscitar (acompanhado pelo seu inseparável Marcel Arland) a «querida e velha perdida» (como dizia Mauriac). Foi com surpresa que vimos a* N. R. F. *passar de capela a panteão (no sumário Proust e Kafka, Saint-John Perse e Giono...). Mas se este «ar de colarinhos altos, este lado fiscal de finanças das letras» a prejudicavam, também é certo que a ditadura bicéfala dos dois directores não deixava de ser eficaz. «Nem uma nota lá aparece sem os dois compadres, mudos como penedos, trocarem uma infinidade de bilhetinhos. Juízos lacónicos, perguntas sonsas, ratoeiras astutas, esses bilhetes têm um ar ingénuo, afectado, do qual há, no entanto, que desconfiar. A originalidade doentia de um, os campónios escrúpulos do outro exibem-se nessas garatujas pudicamente. Abandonada apenas à esterilidade deste, ou à enraivecida probidade daquele, a revista teria seguido por mau caminho. Todavia, atrelados estes dois homens a par, embora mal calhados para cavalos de tiro conduzem com bastante vivacidade a velha limousina[4]».*

Paulhan, que leu todos os livros, conheceu todos os pintores, tem a sensatez de escrever pouco. Poucos livros, quase nenhumas ideias. O que lhe interessa é a linguagem, à qual dedica uma atenção desconfiada e incapaz de perdoar uma vírgula. Este amigo de Apollinaire e de Éluard escreveu uma Chave da Poesia *que nem perto da fechadura chega. O melhor de* As Flores de Tarbes, *a sua grande obra (cento e sessenta e quatro páginas), está contido nas citações (um intricado de críticas do* Songe*). O gosto pelo paradoxo levado até à perversidade vale-nos o*

(Comité National des Écrivains), que em determinada altura decidiu proscrever todos os escritores suspeitos de colaboração. Paulhan escreveu, então, a *Carta aos Membros do C. N. E.* (6 de Julho de 1947), onde dizia: «Quando vos vejo empenhados na morte de um Brasillach e de um Rebatet — furiosos, e falando a Claude Morgan do 'insulto a todos os nossos mártires' se acaso alguma vítima vos escapar —, pergunto se estais assim tão inocentes a respeito de todos esses homens que enviais tão alegremente para a forca». Numa época de radicalismos, esta posição foi um verdadeiro escândalo. *(N. do T.)*

[4] Esta e citações seguintes extraídas de *Cães a Vergastar* de François Nourissier. *(N. do A.)*

melhor e o pior das suas aplicadas curiosidades. O melhor são estas máximas:

— É bem verdade que as pessoas ganham em ser conhecidas. Aumentam o seu mistério.

— Se eu fosse ostra não cultivava a minha pérola.

— O verbalismo é o pensamento dos outros.

— Em cada instante, o espírito ocupa todo o espaço de que dispõe.

— O espírito é um mundo ao contrário. Nele, o claro dimana do escuro, o pensamento vem das palavras.

Será o medo dos lugares-comuns (por serem os mais frequentados) — e no entanto reabilitados em As flores de Tarbes *— que o leva a dar grande valor ao raro, ao excepcional ou inaudível, a preferir Fautrier e Dubuffet a Tintoretto ou aos Gregos, Malcolm de Chazal a Montherlant, e o falecido Félix Fénéon a Barrès? À força de denunciar «o terror nas Letras», faz reinar outro; ao seu olhar todos os escritores se tornam suspeitos, culpados de retórica, de clarezas proibidas, de sedução... «Bem menos Paulhan ajuda do que leva ao suplício. O teu texto — esse raro e breve texto, ou então tijolo de oitocentas páginas manuscritas — será amado por Paulhan sem medida nem reservas. Por correio-expresso, em papel cor-de-rosa ou azul dir-te-á que é preciso abreviá-lo se já for curto, alongá-lo se for interminável. Amá-lo-á durante muito tempo e com volúpia. Talvez um dia mude de opinião. Deixará de gostar. Detestará. Incitar-te-á a outras pesquisas bem diferentes. Lamentará a página maravilhosa que certa noite, já lá vão três anos, escreveste e rasgaste, e esqueceste, e até chegas a duvidar de que algum dia a tenhas escrito. Era esse o teu verdadeiro tom; nela é que o prazer de contar desabrochava, é que a naturalidade escorria, etc. Jogos destes podem durar muitos anos...*

«Amigo, discípulo, protegido de Paulhan, transformar-te-ás num ser fantasmagórico, inquieto e que assombrará as quartas-feiras da N. R. F.*, humilde e sempre sequioso de confirmação, perdido de angústia mal a voz esganiçada e interrogativa do teu director assume um tom de lamento ou dúvida... Cultivarás o pequeno texto, a 'narrativa', o conto pardacento, a preciosa palidez do tédio... Só passarás a acreditar numa literatura de murmúrio.»*

Paulhan afirma, sem dúvida, que vê no sentido particular da linguagem «a condição mas de forma alguma o obstáculo da expressão do pensamento». Tudo se passa, porém, como se fizesse uma perseguição aos

estilistas (acusados de crime de retórica) executada com um rancor que o leva a desprezar os nossos maiores líricos, desde Chateaubriand a Barrès. A naturalidade que ele muitas vezes ostenta é, de facto, o cúmulo do artifício; um demónio curioso empurra este prefaciador da História de O para o lado do erotismo, como se o humano alguma vez pudesse brotar dessas inúteis pesquisas. Mesmo se o espírito de contradição que o anima for uma forma do espírito de criação, a sua obra parece que só foi escrita para justificar a campanha de Julien Benda contra o alexandrinismo mais «o seu grito de guerra contra o desenvolvimento, a sua veneração pelo curto e pelo requintado, a criação do epigrama, da antologia, a devoção pelos problemas da linguagem, o desprezo pelo fundo, a estima só pelo que for poesia[5]». Prospector diletante e curioso dos confins da literatura, Jean Paulhan não contribuiu — é o menos que podemos dizer — para fazer passar pela nova literatura francesa um grande fôlego humano.

Deu-nos uma curiosa sensação ouvir a esganiçada voz deste adolescente octogenário empenhado, sob a cúpula do Instituto, numa interminável digressão sobre a linguagem. Maurice Garçon viria porém a dizer-lhe humoradamente:«Você, como todos nós, gastou os narizes-de--cera e os lugares-comuns que tanto despreza mas que ainda são, apesar do que escreveu sobre eles, o melhor meio de nos fazermos entender.»

ROGER JUDRIN:

É tão difícil os homens compreenderem um homem como o plural ser singular. A ironia de Sócrates consistia na pergunta; a ironia de Jean Paulhan brilhava na resposta. Desconcertava quem o interrogava pela maneira como seguia a sua música e tomava a direcção que lhe era oposta.

Por exemplo, quando o interrogavam sobre a cidade de Nîmes onde nascera, dizia que o avô jogava à bola e ele próprio se urinara uma vez de tédio, numa aula; e só aos quarenta anos descobrira, aliás, o que se chama espírito infantil.

Se alguém queria saber que vento empurrara a sua mocidade até Madagáscar, respondia que o ofício de prospector de ouro é ser calaceiro,

---

[5] Julien Brenda, *A França Bizantina. (N. do A.)*

e basta ter uma paciência de chinês para sacudir todas as noites a cuia das operárias que escondem no cabelo o precioso pó.

Fosse discutido à sua frente o que era vocação, e logo confessaria: a de professor, que um dia considerara sua, não passava de logro porque quem sabe não fala, e quem fala não sabe.

Faltaria fé a este huguenote insólito que punha o Evangelho de S. Tomé acima dos outros quatro, e preferia as judias às cristãs? De forma nenhuma. Paulhan nunca deixou de ter amor ardente à filosofia da linguagem que é, precisamente, o contrário da linguagem da filosofia.

Mas do que trata isto? Da relação entre as ideias e as palavras. Um ponto que a poesia e a prosa poderiam esclarecer-nos se não escondessem, como as mulheres malgaches, o furto na cabeça. Alain sobe até à fonte dos vocábulos e extrai, da sua primordial pureza, a verdade dos pensamentos. Valéry só se apoia na solidez do artifício e reduz os belos sonos da Jovem Parca ao azeite da Virgem Sábia. Benda quer convencer-nos de que a acção suja a especulação, de que o sentido íntimo trai o bom senso, e os letrados traíram a deusa Razão. Quem devemos escutar? Temos de escutar as pessoas que escrevem. Onde? Numa revista, pois é aí que os talentos são gerados.

Entretanto, porque a necessária diversidade das vozes faz uma indispensável guerra à harmonia mas, por lhe faltar a varinha de condão, termina na mais pura algazarra, certo dia Jean Paulhan recebeu-a das mãos de Chesterton.

Era um inglês meio teólogo, meio prestidigitador, que dava gargalhadas de um riso que pensava. Da sua tiara extraía um imparável voo de pombas. Havia nele qualquer coisa de S. Tomás de Assis e de S. Francisco de Aquino.

Este pelotiqueiro divino ensinou ao guerreiro aplicado que o paradoxo era a arma dos ortodoxos. E uma vez que a reflexão tem sempre duas pegas, e os argumentadores só a apanham, em geral, por uma das orelhas, se desejares que uma opinião de peso se mantenha de pé ligeiro terás de agarrá-la por onde surpreende. Serve-te da estupefacção para a despertares, e da sua sombra para voltares a acendê-la.

O excelente meio de lá chegar é a escolha feliz de uma metáfora. Por isso, no tempo de Jorge V já a igualdade dos sexos inflamava as conversas. Dizia Chesterton que ao homem falta, na sua opinião, uma fechadura e à mulher uma chave para a perfeição de cada metade tornar indescernível a perfeição do par. Num debate sobre música e poesia, e

com o som de flauta que era o seu, com este mesmo registo sustentou Jean Paulhan que amava a poesia sem apreciar a música, e tão absurda era a sua união como acrescentar um motor a um pássaro.

É fácil ver o que tem de prazenteiro e profundo tal método, e como é irritante para os aprendizes de feiticeiro. Porque Paulhan não se coibia das seduções da desordem nem da firmeza dos estribos. Nunca tinha pressa em tirar conclusões por saber que as Tábuas da Lei são sempre encontradas depois dos ardores da vadiagem. Mediante este dogma da perpétua obliquidade é que ele entrou na cidade de Tarbes e de lá saiu pelo jardim.

Nesse tempo ou noutro, a República das Letras sempre teve por emblema uma guilhotina. Os sectários de Breton tinham inventado o natural. Eram ateus que insolitamente deixavam tudo nas mãos da Providência e sustentavam que a máquina era dotada de génio se o piloto estivesse ausente. Reparou-se, contudo, que a escrita dos autómatos era desigual e os felizes rasgos de um invariável acaso se mantinham privilégio de uns quantos poetas adormecidos.

Paulhan, cuja modéstia era de bom grado belicosa, ter-se-ia atrevido a pôr perante os olhos dos enraivecidos as virtudes tranquilas da retórica nos lodos da sintaxe, se acaso a sua ciceronagem mais hospitaleira se mostrasse. Os energúmenos da arte poética levantavam, porém, um altar contra outro. Juravam que o talento vinha da gramática e do dicionário, tal como Minerva nascera de uma dor de cabeça de Júpiter.

Paulhan não podia permitir que estes combatentes absurdos jogassem o jogo do princípio até ao fim. Convinha que a razão ganhasse e o silêncio não significasse a paz dos mortos. Não menos arrebatadas do que as querelas dos escritores, as querelas dos sábios consumam-se na vitória de um dos campos e Pasteur leva vantagem sobre Pouchet. Por que será que a literatura não depende, também ela, de pesos e medidas?

É que em Paulhan o filósofo não levava a melhor ao experimentador de condimentos, nem a doutrina ao gosto. Tinha bastante mais ideias sobre a sua língua, do que língua sobre as suas ideias. Examinemos-lhe o estilo. Ao rigor da frase acrescenta a familiaridade do tom, e à solidez da árvore uma casca de primavera, como se o necessário ali se divertisse à custa do possível, e a devoção à custa da curiosidade. Este homem, que tão pouco falava, tem uma prosa que fala. A corda está tensa, mas ele dança. A tinta não é espessa, mas é moldado o discurso. O mais consequente dos autores tem ar de quem brinca com mostarda.

É o mágico do lugar-comum. Às dificuldades que só tontos embaraçam junta as folhas do carvalho da Sibila.

Era ele jovem e já velha a ilha de Madagáscar onde o contestador que soubesse agarrar pelo melhor sítio os provérbios saía, como os pastores de Virgílio, vencedor na disputa. Feliz terra essa, onde frases de há muito construídas decidiam soberanamente, e mediante a forma como os litigantes sabiam usá-las, a contenda!

Desde então, Paulhan nunca mais deixou de inventariar a reserva dos ditados.

O que queremos nós dizer ao julgarmos dizer o que queremos? Por outras palavras, alma e corpo como se cosem uma ao outro? Eu penso, logo falo. Eu falo, logo penso. Quem é o papagaio do outro? Dependemos da física ou da metafísica?

Paulhan teria tido fé na razão se o combate entre Jacó e o anjo não deixasse Jacó a coxear. Quanto aos místicos, o seu Deus (de acordo com a origem da palavra grega) só é visível com olhos fechados e apenas ocupa o nosso vazio. Nesse plano, Roma e a Índia, S. João da Cruz e Lao-Tseu, os nossos santos e os filósofos concordam sobre o nada.

Recusar-nos-íamos a penetrar no que Paulhan possui de essencialmente equívoco se separássemos, nas suas obras, a clareza da obscuridade. Não só as nossas trevas eram a sua tentação, como atribuia as nossas luzes à mancha negra das pupilas. O candeeiro tem o pé na sombra. Atrevo-me a afirmar que Paulhan não acreditava, mas julgou sempre que era possível acreditar. Os limbos eram o seu paraíso. Daí ele agarrar as duas pontas da cadeia, em matéria de literatura e política, e agarrá-las bem. Zuavo incomodado pela farda, a seguir obediente condutor de malgaches e camiões, ferido no monte Saint-Mard ao pé de Compiègne, saiu vivo da carnificina. Mas o espírito de vertigem atingiu para sempre a maior parte dos regressados. Mal escapou às esporas, o cavalo de pau atirou-se ao precipício. Um romeno de Zurique andava a fazer leituras a estropiados[6]. Um determinado insólito, próprio de Paulhan, quase o tornava invulnerável à extravagância universal. Paulhan continuou a jogar xadrez no dorso de uma baleia e gastou muito saber

[6] Uma pequena ajuda à compreensão das metáforas do autor: o romeno de Zurique é, evidentemente, Tristan Tzara, e daí a referência ao cavalo de pau infantil (que em francês é *dada*, como o célebre movimento que precedeu o surrealismo). *(N. do T.)*

a estudar os loucos. O vermelho e o branco dos rótulos instruiam-no sem o comprometer. Tomava partido contra partidos previamente tomados. Os raros homens que só prestam juramento à sua liberdade escandalizam toda a gente. Viu-se como foi depois de Hitler cair: francês perante a Alemanha, herói clandestino, tipógrafo intrépido, Paulhan negou aos cidadãos o direito da vingança imediata contra franceses, só por uns terem sido melhores franceses do que os outros.

A pomba é a ave das tempestades. Atiraram-se a Paulhan. Os seus inimigos ainda não morreram todos. Por outro lado, também não é impune governar uma grande revista, mesmo que ela tenha sido de duas cabeças.

Se a recusa de um manuscrito for, sobretudo, condimentada por um bombom, ofende irremediavelmente a raça susceptível dos autores. E além disto confessemos que a brandura de Paulhan não era isenta de certa crueldade.

Depois de Saint-Réal, e se não de acordo com ele, dizia Paulhan que há sob o lábio do homem um fogo e uma descarga de bílis que encontram o indispensável escape nos combates de touros, por exemplo. Aposto que Paulhan não morava inocentemente na Rua das Arenas.

De facto, uma requintada ferocidade talvez nos purgue das nossas diabruras, e o pecado original não seja uma quimera negra de Port--Royal. Ainda que à sua moda, e apesar de ser como que um maná algo escondido, a bondade de Paulhan dispõe de bastantes testemunhas. Um precioso monte de cartas particulares, que dentro em pouco serão públicas, irá trazer à luz a subtil amálgama de um coração e de um espírito[7]. *Ao mesmo tempo hão-de os leitores ver que a extrema diversidade dos correspondentes não abranda o aperto do nó. A amplidão do círculo não dissolve o centro. Há dois escritores tão diferentes, que hesitamos em compará-los; falo de Montesquieu e Chateaubriand, um pelo génio das leis, o outro pelo do cristianismo, mas cuja reflexão corre sempre à volta de um só eixo. Ora, não há opúsculo de Paulhan que não tenha a ver com a grande obra.*

Em 1921, e com o título Jacob Cow, o Pirata, *é que ele dedicou a Paul Valéry umas vinte páginas onde desconfia que as palavras podem*

[7]Seis anos depois da morte de Jean Paulhan (1968), começaram a ser editados cerca de uma dezena de volumes com a sua correspondência. *(N. do T.)*

ser representações. Ora aqui está a infalível bússola e o primeiro biscoito de um infatigável explorador. Se os vivos prosseguirem na morte os seus desígnios, Paulhan continuará a descobrir a ilha onde Robinson e o seu papagaio se interrogam sobre o porquê dos porquês.

Esta longa atenção a um único tema, esta paixão tranquila que volta sempre à carga, tão evidentes nas suas correcções torcidas como lascas de madeira sob a plaina — páginas e provas de escritor — desencorajam os espíritos vivos, cortantes e claros. Há que penetrar no labirinto como um Teseu sem espada capaz de cortar o fio ou esfaquear a garganta do Minotauro.

Alguns amigos de Paulhan, e às vezes ele próprio com ajuda de Vailati e da máquina de contar palavras, tentaram reduzir a arte da crítica à ciência dos números, e os prestígios da linguagem a uma métrica. Paulhan era composto por um Boileau com horror a sê-lo, e por um anti-Boileau a quem os deslumbramentos intimidavam.

Também se chama liberdade a este desacordo perfeito, e Paulhan foi uma das mais livres cabeças que pensaram.

O MARQUÊS DE SADE
E A SUA CÚMPLICE

Os escritores tornaram-se modestos até perder a razão. Outrora sentiam-se com dimensão para fazer o futuro. Hoje basta-lhes prevê-lo. Depois de dizermos de um poeta, e bem: «esse adivinho...», está tudo dito.

É vulgar as pessoas terem dons. Mas tão difícil é dirigi-los, ser digno deles, tirar deles um partido *interessante*, que o autor excessivamente favorecido refugia-se, de um modo geral, na erudição, na reportagem, na política ou noutra coisa pior ainda.

Em boa verdade, Sade é monótono. Não o é menos Amiel, nem o *Bhagavad-Gita*. E da *Odisseia* nem se fala! O que é a inspiração? É termos uma só coisa para dizer e não nos cansarmos nunca de dizê-la.

«Nunca vi uma personagem assim...», diz o crítico ao romancista. «Portanto é uma sorte eu mostrar-lha. — ...puramente inverosímil. — É pois verosímil que eu pense em mostrá-la.» Desta forma o escritor se defende sempre.

Os velhos poetas tratavam de rimas, ritmo, sílabas e palavras, como se fosse evidente a maravilha. Nos modernos, porém, há magia e mais magia. Como se temessem perdê-la.

Até aos doze anos acreditei que as Pessoas Crescidas tinham feito a Revolução para dignificarem, enfim, os que eu admirava: o torneiro, o merceeiro, o cronista tauromáquico do *Echo*. Soube mais tarde que a Revolução se tinha enganado.

É bem possível que a Revolução futura seja inevitável ou mesmo justa. Começará por tirar ao proletário a segurança e o orgulho. Quem espera intensamente mudar, não perde tempo a admirar-se. Nem a tornar-se admirável.

Se não é razoável fiarmo-nos na razão, ainda é menos mágico ter fé na magia. Não te deixes deslumbrar. O mundo do espírito não tem sombra nem noite. Deves ser tu, à força de recusa, a dar--lhe uma.

Tudo estaria dito. Sem dúvida. Se as palavras não tivessem mudado de sentidos: e os sentidos de palavras.

(1951)

O SEGREDO

Sabemos desde há anos a que se deve o maior êxito de livraria que alguma vez o mundo viu, o êxito do Novo Testamento. É que se trata de um livro com segredo. É que em todas as páginas, em todas as linhas, nos deixa ouvir uma coisa que não diz e por isso mesmo mais nos intriga, nos cativa, nos prende. E mesmo que o Evangelho não seja aqui chamado nada nos impede, afinal, de revelar o tal segredo.

É que Jesus Cristo tem graça. O Novo Testamento mostra-o grave, ou antes: reflectido e às vezes irritado, de outras vezes ainda em lágrimas e sempre muito sério. Adivinhamos, porém, coisa diferente do que o Novo Testamento diz: às vezes Jesus brinca. Tem muito humor. Por vezes fala à toa só para ver o que acontece (quando se dirige às figueiras, por exemplo). Numa palavra, diverte-se.

Eu não gostaria de magoar ninguém por aproximar o Evangelho do Bem do mais habilidoso mas também mais espesso Evangelho do Mal que alguma vez foi feito em plena consciência e razão por um homem revoltado. No entanto, é preciso dizê-lo: se *Justine* mereceu ser — pelo menos em determinada época da vida de Lamartine, Baudelaire e Swinburne, de Barbey d'Aurevilly e Lautréamont, de Nietzsche, Dostoievski e Kafka (ou, num plano ligeiramente diferente, de Ewerz, Sacher-Masoch e Mirbeau) — um livro de cabeceira, é porque esse livro estranho, apesar de aparentemente simples, que os escritores do século XIX

passaram a vida — embora o não citem muito — a plagiar, a aplicar, a refutar, esse livro, com uma pergunta tão grave que a obra de um século inteiro não é de mais para lhe dar resposta (realmente para lhe não dar resposta nenhuma), esse livro também tem o seu segredo. A ele voltarei. Mas arrumemos, para começar, o problema moral.

I

DE ALGUNS LIVROS PERIGOSOS

Costuma julgar-se que já foi tudo dito sobre a utilidade das punições e a vantagem dos castigos. Correm mil juízos sobre tal assunto, sobre ele se publicaram mil livros. Parece-me, no entanto, que foi descurado o essencial: talvez porque parecesse evidente de mais, porque não fosse preciso dizer mais nada. Pois bem: ainda melhor será se dissermos.

O primeiro ponto é muito evidente: porque os criminosos são um perigo; porque põem em perigo a sociedade e a própria raça humana. Sob esta perspectiva mais valeria, por exemplo, não haver assassinos. Se a cada um de nós a lei desse liberdade de matar os vizinhos (como tantas vezes nos apetece fazer) e os nossos pais (como os psicanalistas acham que temos vontade surda de fazer), não restaria sobre a terra muita gente. Só os amigos. Mas nem sequer os amigos restariam pois é verdade — trate-se embora de um pormenor que em geral nos esquecemos de levar em conta — que mesmo os amigos são filhos, pais ou vizinhos de alguém. Mas vou passar então ao segundo ponto que não é, mal comecemos a reflectir nele, de menor evidência.

Defeitos e méritos dos criminosos.

Porque, em geral, os criminosos são gente mais curiosa do que as pessoas honestas: mais inesperados, dão-nos mais que pensar. E mesmo que digam apenas (como às vezes acontece) banalidades, mais surpreendentes: devido precisamente a este contraste entre o fundo perigoso e a aparência inofensiva. É o que muito bem sabem os autores de romances-folhetins: mal temos a sus-

peita de que o bom do notário ou do farmacêutico em tempos envenenou uma família inteira, a mais chata das suas conversas torna-se preciosa; e se ele afirmar que vem aí borrasca, suspeitamos de que trama qualquer novo crime. Basta que alguém suprima uma existência humana mesmo sem querer, para se sentir mudado de uma ponta à outra, dizem os moralistas. E esses moralistas são imprudentes quando o dizem, pois todos temos vontade de nos sentir mudados. É um sentimento velho como o mundo; de certo modo é quase a história da árvore do bem e do mal. E se a prudência geralmente nos coíbe de mudar assim tanto, pelo menos sentimos o maior desejo de frequentar os que passaram por uma tal experiência, fazer deles nossos amigos e participar dos seus remorsos (e da ciência que deles decorre). Só o sentimento acima referido pode coibir-nos disto: porque o assassino não é personagem que deva ser encorajada; ao admirá-lo tomamos parte num qualquer grande conluio contra o homem e a sociedade. E então, mesmo que sejamos de poucos escrúpulos damos connosco muito aborrecidos, a ser puxados para vários lados, privados ao mesmo tempo das vantagens da boa e má consciências. O castigo intervem aqui.

Atrever-me-ei a dizer que concilia tudo. Desde o instante em que o próprio ladrão se vê roubado — se nem sempre no dinheiro, pelo menos nalguns anos de vida que valem dinheiro e mais do que isso — e o assassino assassinado, podemos frequentá-los sem o menor escrúpulo e, enquanto estiverem vivos, levar-lhes à prisão laranjas, por exemplo; podemos amá-los, podemos chegar a beber-lhes as palavras: estão a pagar, já pagaram. Isto mesmo souberam melhor do que nós os reis, e as rainhas, e as santas que acompanhavam os criminosos ao cadafalso e chegavam, como Santa Catarina, a recolher algumas gotas do seu sangue. (Quem não ficaria hoje reconhecido a esses tantos homens que nos dão a conhecer no suplício o perigo e mesmo o sentido, que já tínhamos perdido, das traições?)

Vantagens do castigo.

Veja-se pois aonde eu queria chegar: desde há cento e cinquenta anos temos o hábito de frequentar Sade por interpostos autores. Não lemos *Os Crimes do Amor* mas, por exemplo, *A Pousada do Anjo da Guarda*; a *Filosofia na Alcova*, mas *Para Além do Bem e do Mal*; Os *Infortúnios da Virtude*, mas *O Castelo* ou *O Processo*;

Juliette, mas *As Diabólicas*; a *Nova Justine*, mas *O Jardim dos Suplícios*; *A Pasta de um Homem de Letras* (que aliás se perdeu), mas *As Memórias de Além-Túmulo*[1]. E nesta timidez só pode ver-se o efeito dos escrúpulos de que já falei. Sim, na verdade Sade era um homem perigoso: sensual, violento, quando lhe dava velhaco e (pelo menos em sonhos) de atroz crueldade. Não só porque nos convidava a assassinar vizinhos e pais, mas também as nossas próprias mulheres. Bastante mais do que isso: veria com prazer o desaparecimento total da raça humana, e que ela desse lugar a uma qualquer nova invenção da natureza. Nalguns casos pouco sociável; e até mesmo pouco social. Furioso de liberdades. Tudo isto são escrúpulos que podemos no, entanto, acalmar.

Porque Sade pagou caro. Passou trinta anos de vida nas diversas bastilhas, fortalezas ou torreões do Reino, e a seguir da República, do Terror, do Consulado e do Império. «O mais livre espírito que até hoje se viu» — dizia Apollinaire. Seja como for, o mais encarcerado dos corpos. Por vezes chegou a dizer-se que há uma só chave para todos os seus romances: a crueldade (o que é uma perspectiva demasiadamente simples, segundo penso. Com uma certeza bastante maior, em todas as suas aventuras e em todos os seus livros se encontra um fim único que é a prisão. E em tantas prisões e encarceramentos até há, de facto, um mistério.

Coloque-se o crime perante o castigo. Parece garantido que Sade deu uns açoites a uma puta de Paris: será que isso vale um ano dentro de uma torre? Pastilhas de Richelieu[2] a algumas raparigas de Marselha: será que isso vale dez anos de Bastilha? Seduziu a sua cunhada Louise: será que isso vale um mês de Conciergerie? Não pára de molestar os seus poderosos e temíveis sogros, o presidente e a presidente de Montreuil: será que isso vale dois anos de fortaleza? Ajuda alguns moderados (estamos em pleno Terror) a evadir-se: será que isso vale um ano de Madelonnettes? É ponto

[1] As alternativas aos títulos de Sade são, respectivamente, da Condessa de Ségur, Nietzsche, Kafka, Barbey d'Aurevilly, Octave Mirbeau e Chateaubriand. *(N. do T.)*

[2] Simples bombons com cantáridas. *(N. do A.)*

assente que publicou livros obscenos, que implicou com a corte de Bonaparte; não é impossível que tenha simulado a loucura: será que isso vale catorze anos de Charenton, três anos de Bicêtre, um ano de Saint-Pélagie? Como poderemos defender-nos de ter a sensação de que os vários governos da França — e quantos por lá passaram! — achavam bons todos os pretextos para o encarcerar? E quem sabe lá se também ele próprio, para fazer com que o encarcerassem? Por agora deixemos isto. Pelo menos um ponto é garantido: sabemos que Sade correu os seus perigos; que os aceitou — que os multiplicou. Ao lê-lo também sabemos que corremos possivelmente os nossos. Sou portanto livre de imaginar a meu bel-prazer o que talvez houvesse de bom e até mesmo delicioso neste sobrinho-neto da casta Laure de Noves: aquela distinção extrema; aqueles olhos azuis que, era ele criança, fizeram as damas aproximar-se; aquele tudo-nada de moleza das suas maneiras, aqueles dentes mais belos do mundo[3]; aqueles êxitos da guerra; aquele gosto violento pelo prazer; aquelas réplicas impetuosas mas finas (não sem jactância, é possível, mas sem espalhafato); o jovem senhor provençal com vassalos que vinham beijar-lhe as mãos e que andava acompanhado pelo muito fiel amor, o apesar-de-tudo-amor da algo cavalar, ruidosa e grande Renée, no fundo boa e meiga mulher.

Sade pagou mais do que lhe cabia.

[3] Não dispomos de um só retrato de Sade. Colho estes traços em cartas, em informações da polícia, também na imagem que de si próprio ele dá em Valcour. *(N. do A.)*

II

O DIVINO MARQUÊS

Vou pôr de lado a singular eficácia que fez Duclos falar em «livros que apenas se lêem com uma mão». Não por ser desinteressante e, em certa medida, falha de sensação: mais de um escritor, possa tratar-se embora de escritores dados a abstracções, sonha para as suas obras uma influência — uma repercussão — (noutros planos, bem entendido) análoga a essa. Acontece que não há grande coisa a dizer a tal respeito uma vez que isso é, em geral, imprevisível. Além do mais costuma admitir-se que o véu e a alusão (o gracejo e a brejeirice, se preferirdes) são melhores a provocá-la do que a franca e simples obscenidade. Ora há, em Sade, poucos véus e poucas alusões. Nem a mais pequena brejeirice. Na verdade, talvez seja isto o que lhe censuram. Nada mais longe dele do que essa espécie de sorriso vaidoso, de malicioso subentendido que acontece a Brantôme em histórias de muita licença, a Voltaire ou a Diderot nas passagens fesceninas, e naquela arte com o seu quê de alto contraste que Crébillon leva, nas histórias de alcovas e sofás[1], a desencorajadora perfeição. Há na literatura uma franco-maçonaria do prazer da qual conhecemos todos as piscadelas de olho, os semi-formulados convites, as linhas de pontos. Sade, porém, quebra estas convenções. Tão livre em leis

[1] Uma das mais célebres novelas de Crébillon Fils chama-se, precisamente, *Le Sopha*. *(N. do T.)*

e regras do romance erótico como pode sê-lo Edgar Poe no romance-detective, e Victor Hugo no romance-folhetim. Não pára de ser directo, explícito — aliás trágico. E tendo a todo o custo que classificá-lo, bem mais o deixaríamos entre os autores que (dizia Montaigne) nos castram.

Nem pornógrafo, nem literato.

Há outra espécie de atractivo que ele recusa: aquele a que teremos de chamar atractivo literário. Mais de uma obra célebre colhe o seu preço — e recebe, de qualquer forma, o seu êxito — num habilidoso sistema de alusões. Voltaire nas tragédias, Delille nos poemas, em cada linha evocam e gabam-se de evocar Racine ou Corneille, Virgílio, Homero e companhia. Lançando apenas mão de Laclos, rival imediato de Sade (e, seja como for, seu concorrente no Mal), vemo-lo bastante bem corromper-se com uma literatura de onde tira o mais esperto dos partidos: o mais inteligente. *As Ligações Perigosas* é a justa do amor cortês (pois todo o problema está em sabermos se Valmont saberá merecer ou não M.me de Merteuil) levada a cabo por heroínas racinianas (não faltam lá Fedra nem Andrómaca) na sociedade fácil dos Crébillon, dos Nerciat e dos Vivant Denon (pois tudo acaba depressa de mais em cenas de cama — tudo é encarado, pelo menos, sob o ponto de vista das cenas de cama). É esta a chave do seu mistério: as *Ligações* encerram de forma discreta um pequeno curso de história da literatura para uso das pessoas crescidas. Pois os mais misteriosos autores são em geral os mais literários e dotados de uma estranheza que se apoia, precisamente, na sua discordância: naquele encontro de personagens chegadas dos meios — das obras — mais distantes, e da grande surpresa que sentem por se encontrarem ali. Laclos nunca mais pôde fazer um segundo e sobre-humano esforço como este[2].

Sade, porém, com glaciares, e abismos, e castelos aterrorizantes, com o processo sem fim que levanta contra Deus — contra o próprio homem —, com a insistência, e as repetições, e as pavorosas chatezas, com o espírito de sistema e os raciocínios a perder de vista, com aquela teimosa procura de uma acção sensacional, mas também de uma análise exaustiva, com aquela constante

[2] Como se sabe, Choderlos de Laclos é autor de um único romance. *(N. do T.)*

presença de todas as partes do corpo (nem uma deixa de lhe servir), de todas as ideias do espírito (Sade leu tantos livros como Marx), com o seu estranho desdém pelos artifícios literários mas a todo o momento uma exigência de verdade, com o seu ar de homem que não pára de movimentar-se mas ao mesmo tempo sonhar um destes sonhos indefinidos que o instinto tem, com essas grandes delapidações de forças e esses gastos de vida que lembram temíveis festas primitivas — ou essa outra espécie de festas que as grandes guerras, quem sabe, também são —, com essas vastas colheitas no universo, ou melhor, a simples colheita que ele é o primeiro a levar a cabo no homem (e à qual devemos chamar, sem jogo de palavras, colheita de sangue), Sade não sabe o que fazer com análises e escolhas, com imagens e golpes de teatro, com elegâncias e amplificações. Não distingue nem separa. Repete-se e continuamente se repisa. Faz lembrar os livros sagrados das grandes religiões. Só por instantes imobilizado com uma máxima qualquer (e que máximas as suas!), solta este murmúrio:

Um destes sonhos que o instinto tem.

Há momentos perigosos em que o físico se incendeia com os erros do moral...

Não há melhor forma de nos familiarizarmos com a morte do que ligá-la a uma ideia libertina.

Invectivamos contra as paixões sem imaginar que no seu facho vai a filosofia acender o seu...

gigantesco e obsessivo murmúrio que às vezes sai da literatura e talvez a justifique: Amiel[3], Montaigne, o *Kalevala*, o *Ramayana*. E se me rebaterem dizendo que se trata, pelo menos, de um livro que é sagrado mas não teve nem a sua religião, nem os seus fiéis, começarei por responder que ainda bem e só teremos de congratular-nos com isso (pois vai permitir-nos ficar com bastante mais liberdade para julgar essa religião em si própria, e não pelos seus efeitos). Depois de reflectir acrescentarei, todavia, que ao fim

[3] Sabe-se que a obra publicada de Amiel representa cerca da vigésima parte da obra real. As edições L'Âge d'Homme já começaram, no entanto, a publicar o seu diário integral. *(N. do A.)*

e ao cabo não tenho muita certeza a não ser disto: pela sua própria natureza, a religião em causa estaria condenada ao segredo — e às vezes pronta a fazer-nos ouvir alguns queixumes desse segredo: três versos de Baudelaire,

E ocultando um chicote na comprida veste
Misturam, no bosque sombrio e nas noites solitárias,
A espuma do prazer às lágrimas do tormento;

uma piada de Joseph de Maistre,

Infeliz da nação que abolisse a tortura[4]*...;*

uma palavra de Swinburne,

O marquês mártir...;

um grito de Lautréamont,

As delícias da crueldade! Delícias não passageiras...;

uma reflexão de Puskine,

... a alegria que nos dá tudo o que faz lembrar a morte.

Mais ainda: desconfio do prazer um tanto equívoco que Chateaubriand — entre outros — colhe da agonia das mulheres que o amaram, dos regimes que defendeu, da religião que julga verdadeira. E não será sem motivos — embora difíceis de trazer à luz do dia — que Sade passou a ser correntemente chamado divino marquês. Aliás, não é muito certo que tenha sido marquês. O que não pode ser posto em dúvida é que umas tantas pessoas com ar respeitável o consideraram divino — ou verdadeiramente diabólico, coisa de quilate idêntico.

[4] «A submissão do povo nunca se deve a mais do que violência e amplitude dos suplícios...» (*A Nova Justine*, IV). *(N. do A.)*

Sade divino, quando não marquês.

Mesmo a este respeito se me levanta uma dúvida. Quando vejo tantos escritores do nosso tempo recusarem com tão consciencioso empenho o artifício e o jogo literários em proveito de um indizível êxito que é — não no-lo deixam ignorar — realmente erótico e assustador, em toda a eventualidade preocupados em assumir uma posição oposta à da Criação e muito ocupados a procurar o sublime no infame, o grande no subversivo, aliás exigindo que todas as obras empenhem e comprometam para sempre os seus autores de acordo com uma espécie de eficácia (que não deixa de lembrar a outra eficácia a que já aludi, completamente fisiológica e local), pergunto a mim próprio se não deveria reconhecer-se num terror assim tão extremo mais uma lembrança do que uma invenção, mais uma memória do que um ideal e, numa palavra, se a nossa literatura moderna na parte que mais viva nos parece — de qualquer modo, a mais agressiva — não estará totalmente voltada para o passado e não será determinada, precisamente, por Sade, tal como as tragédias do século XVIII o foram por Racine.

Mas eu só queria falar aqui de *Justine.*

III

AS SURPRESAS DO AMOR

Pois bem, todas as virtudes Justine possui, e por cada uma delas se vê punida. Compassiva, um mendigo rouba-a. Piedosa, um monge viola-a. Honesta, um usurário arruina-a. Recusa-se a ser cúmplice de um latrocínio, de um envenenamento, de um ataque à mão armada (porque a má sorte e a pobreza atiram-na para bem estranhos meios) e ela, a desastrada, é que se vê sob acusação de roubo, banditismo ou assassínio. O resto surge a condizer. Entretanto, às perfídias de todo o género Justine só sabe contrapor uma alma recta, um espírito sensível. Será pouco, porém: aos que abusam dela dá sorte, e os monstros que a atormentam tornam-se ministros, cirurgiões do rei, milionários. Trata-se, pois, de um romance muitíssimo parecido com aquelas obras morais onde o vício se vê a cada passo punido e a virtude recompensada; com a diferença de se passar tudo ao contrário. Mas encarado apenas sob o ponto de vista romanesco (que é o nosso), o defeito acaba por ser o mesmo: sabe-se sempre como as coisas terminam. Ora sucede este fim nem nos brindar, sequer, com a banalidade que faz a conclusão excessivamente virtuosa tornar-se numa das convenções do romance e pouco mais visível do que a divisão em capítulos ou episódios. É mais do que evidente: Sade leva os seus tristes desenlaces terrivelmente a sério, todas as vezes se mostra surpreendido com eles. Coisa mais curiosa ainda, nós acompanhamo-lo na surpresa.

O enigma do romance negro.

Esta surpresa levanta um problema singular. Singular por Sade se recusar às facilidades que os romancistas negros, seus rivais, utilizavam por hábito na mesma época. É fácil de mais espantar à maneira de Radcliffe ou Lewis[1], com a ajuda de fantasmas, quimeras góticas, espectros do inferno e outras diabices onde a surpresa, de qualquer modo, intervem. Sade, ele, só quer tratar do homem; e acrescenta: do homem natural como é pintado por Richardson ou Fielding, por exemplo[2]. Nada de ogres, portanto, nem de mágicos; nada de anjos nem demónios — nada de deuses, sobretudo! —, mas só da faculdade que forja no homem esses deuses, anjos ou demónios, só dos vícios ou das virtudes que, arrastando-nos à surpresa, põem a funcionar esta faculdade[3]. Ora, o enigma que assim se levanta tem duas ou três palavras, a primeira delas realmente simples e vulgar: pudor.

É curioso que o século XVIII, ao qual devemos os mais cínicos quadros de costumes da nossa literatura, também nos tenha dado dois grandes pintores do pudor; um deles bem sabemos que é Marivaux; o outro teimamos, não sei porquê, em não saber que é Sade. Curioso, isto; ou antes, nada curioso. Só se explicam, só chegam mesmo a perceber-se tantos medos perante o amor e desafios ao medo, tantos orgulhos e fugas, tanta gente a reflectir sobre si própria, e essa recusa em ver e ouvir que, ao mesmo tempo, trai e protege tudo o que depois viria a chamar-se *marivaudage* [galante afectação] — sim, porque Marivaux e Sade partilham o duvidoso privilégio de ter o nome ligado a certa conduta amorosa: e não tenho aliás a certeza de que seja, no caso de Sade, atribuição muito mais correcta e entendida do que no caso de Marivaux —; só chegam mesmo a explicar-se aquele susto e aquele temor de um ferimento desde que haja uma hipótese de ferimento e se o amor, enfim, for perigoso. As heroínas de Mari-

Sade, pintor do pudor.

[1] Ann Radcliffe autora de *Os mistérios de Udolfo*, Lewis autor de *O Monge* — dois clássicos do romance gótico inglês. *(N. do T.)*

[2] Cf. *Ideia sobre os romances*, prefácio a *Os Crimes do Amor. (N. do A.)*. É evidente que Paulhan quer referir-se às personagens Clarisse Harlowe, de Richardson, e Tom Jones, de Fielding. *(N. do T.)*

[3] Esta verdade tem, pelo menos, uma excepção. Em *Juliette*, Sade intercala um episódio onde surge Minsky, o ogre dos Apeninos, que roça o fantástico. *(N. do T.)*

vaux são tão pudicas como se tivessem lido *Justine*. E a própria Justine...

Aconteça-lhe o que acontecer, Justine espanta-se. A experiência não lhe ensina nada. A sua alma permanece ignorante, o seu corpo mais ignorante ainda. Nem sequer nos atrevemos a atribuir-lhe, aqui ou ali, um simples fraquejar de cabeça ou um olhar meio fechado. Justine nunca dará o primeiro passo. Mesmo apaixonada, não lhe ocorrerá beijar Bressac. Diz: «Se às vezes a minha imaginação se extraviava nestes prazeres, julgava-os castos como o deus que os inspirava, dados pela natureza para servir de consolação aos homens, nascidos do amor e da delicadeza; eu estava muito longe de acreditar que o homem, tal como os animais[4]...». Sente surpresa todas as vezes que é alvo de manigâncias cujo sentido não penetra por aí além e cujo interesse lhe escapa por completo. Constrói a mais dilacerante — ai de mim! —, a mais dilacerada imagem da virtude. «O pudor, dizia-se na época, é uma qualidade só presa por alfinetes...» Em Justine, porém, os alfinetes estão espetados na carne, e quando despe o vestido fazem-na sangrar. Daria pois ideia de que o leitor precisa de uma grande dose de boa vontade para se deixar surpreender e ferir com ela? Claro que não. Começa porque o leitor é livre de tomar como dilaceramentos morais e sensíveis tudo quanto lhe é proposto como dilaceramentos muito físicos. *Justine* tem andamento igual ao conto de fadas onde nos é dito que a Gata Borralheira traz pantufas de vidro — e (não sendo um tanto obtusos) muito bem compreendemos que se não trata de pantufas de pele[5] mas da forma infinitamente delicada como a Gata Borralheira assenta o pé. Além do mais, todos nós vivemos ao lado do estranho. Ao fim e ao cabo haverá coisa mais surpreendente do que carregarmos na ponta dos braços estes órgãos preensíveis esquisitos, vermelhuscos e enrugados quanto basta — as mãos — e estas pequenas pedras (transparentes, aliás) nas extremidades divergentes dessas mãos? E por vezes não damos connosco a comer,

[4] *Os infortúnios da Virtude. (N. do A.)*

[5] Notar que, em francês, vidro é *verre*, palavra que pode ser confundida com *vair*, que significa «pele». *(N. do T.)*

entretidos a esmoer fragmentos de animais mortos entre outras pedras que armam a nossa boca! Isto apesar de não ser, talvez, um dos nossos actos que tolere atenção prolongada. Verifica-se, pois, que existe pelo menos este domínio onde a estranheza nenhum risco corre nem é excepcional; onde faz lei.

Amor e prazer são imprevisíveis.

Porque isto de comer ao cabo e ao resto desconcerta-nos bastante pouco: temos a (vaga) impressão de que a refeição deste momento dá continuidade a mil e uma refeições passadas com as quais aquela se parece muito, e que lhe servem de garantia. Ao passo que cada novo amor, como bem sabemos — de tal modo nos parece único e realmente indiscritível cada traço da mulher amada — dá-nos ideia de que amamos pela primeira vez. Bem podem os poetas falar de fontes frescas, ninhos de pássaro, jacintos e rosas! Mal conseguem, e de pobre maneira, evocar a mais viva surpresa que a vida nos reserva.

Num outro plano, esta mesma surpresa é o que marca as locuções e os provérbios da língua comum, respeitantes aos órgãos secretos: *petit frère, petit homme, petit ami, second,* ou ainda «o animal que vive dentro de panos e se alimenta de sémen». O que nos fizeram estes órgãos para não podermos falar deles com simplicidade? Bem! Pelo menos isto: recusam-se ao hábito. Deste modo, o prosador não terá mais remédio do que constatar surpresa e confusão?

Sem dúvida. Ou então renovar constantemente as razões desta surpresa de forma a ela não se tornar nunca «domesticada» junto do leitor vulgar e lhe impôr, em vez de lhe mostrar, essa confusão. É o que Sade faz à sua maneira. Que outro significado poderiam ter tantos tratamentos diferentes, tantas formas barrocas de procurar o prazer e de fazer amor — senão afirmar que o amor e o prazer não deixam nunca de parecer-nos espantosos, imprevisíveis? *Justine*, já eu disse, lê-se ou deveria ler-se como um conto de fadas. Acrescente-se que apenas trata da paradoxal e, só por si, quase incrível característica do amor que impele os amantes, dizia Lucrécio, a magoar o corpo das amadas.

O enigma tem, contudo, uma última palavra.

IV

JUSTINE OU O NOVO ÉDIPO

Sade não esperou pela prisão para começar a ler. Devorou os livros favoritos do seu século. Sabia de cor a Enciclopédia. Tinha por Voltaire e Rousseau uma mistura de simpatia e horror. Um horror que é, precisamente, lógico: acha-os pouco coerentes. Pouco consequentes, como é costume dizer-se. Mas aceitava-lhes pelo menos os princípios, a exigência — os preconceitos. Sendo o principal este:

Sem sentir um orgulho por aí além, o século XVIII acabava de descobrir que um mistério não é uma explicação. E que um mito também não, também não é. Porque o mito, mal é forjado, vê-se que lhe falta outro mito qualquer para fazer de escora. Dizem os índios que a terra vai às costas de um cágado. Pois sim, mas quem carrega o cágado? Foi Deus quem criou o mundo. Pois sim, mas quem criou Deus? Era uma descoberta (se tivermos que lisonjeá-la com este nome) que chegava, aliás, de muito longe. Os enciclopedistas primavam, contudo, em dar-lhe a forma ao mesmo tempo popular e mundana. Só de memória voltará a falar-se de um Deus a quem Voltaire — e mais tarde Sade — contrapõe o que é só-homem: o homem (dizem eles ainda) que não passa de homem. O homem (acrescenta Voltaire) que não é nobre. O homem natural, sem a Fábula.

Sade discípulo da Enciclopédia.

Era recusar, logo de princípio, toda a sedução corrente — todas as facilidades — da literatura. Também era ficarmos expos-

tos a uma nova dificuldade. Porque este só-homem teve, enfim, que inventar Deus e os génios, e os sátiros, e o Minotauro. Ora acontece que não podíamos avançar grande coisa no seu conhecimento enquanto não chegássemos, através das feições da natureza humana e mais nada, não direi apenas a fazer a recensão das nossas sociedades reais e das paixões que ali se agitam, mas daquelas grandes sociedades fantásticas que as acompanham como uma sombra. É este o peso que a morte de Deus repentinamente faz descarregar nas Letras. Voltaire, admita-se, é humano. É mesmo um homem vulgar muito típico. No entanto, não conseguimos evitar a consciência de ter havido guerras e grandes religiões, migrações e impérios, a Inquisição e sacrifícios humanos — e que afinal sucedeu, muitas vezes, os homens não serem parecidos com Voltaire.

«Não faz mal — responde a Enciclopédia. — Somos modestos. Teremos a paciência necessária. Pelo menos foi-nos dado o homem: e aqui está ele, à vista. Somos companheiros de exílio (se exílio isto for). Só nos resta observá-lo sem ideias preconcebidas, submetê-lo às nossas investigações. Acabará por confessar tudo. Porque se conseguir dissimular (é matreiro) esta ou aquela tendência, os nossos netos vão dar conta delas. Temos o tempo do nosso lado. De momento vamos abrir fichas, construir as nossas colecções.»

Sade é da sua época e começa, também ele, com análises e pacientes colecções. Durante muito tempo julgou-se que o gigantesco catálogo de perversões, que *Os Cento e Vinte Dias de Sodoma* é, constituísse o pináculo da sua obra. De forma nenhuma. É seu alicerce, sua primeira etapa. Uma etapa que a Enciclopédia não reprovaria. Mas Sade impôs a si próprio um rigor que os enciclopedistas não conheceram por não ter tardado (pensa ele) que todos se vissem forçados a fazer batota: uns, como Rousseau (que aliás se mantém de lado), por serem de natureza mesquinha e lágrima fácil, por serem daqueles a quem os demais continuamente incomodam, sempre prontos a fugir do homem tal como o vêem, como lhe tocam, como conservam para dar a um qualquer bom selvagem (que a história dos povos desmente mil vezes); outros, como Voltaire, por serem de carácter insensível e seco, totalmente incapazes de acreditar na verdade das paixões que não

Onde Voltaire e Jean-Jacques fazem batota.

sentem; ou ainda levianos, como Diderot, e a saltar de uma ideia para outra. O homem de Voltaire talvez explique que a humanidade tenha inventado a enxada; o homem de Jean-Jacques, os herbários; o homem de Diderot, a conversa. Mas então os ogres, e as inquisições, e as guerras? «Pois bem — replica Voltaire — são coisas de pobres-diabos loucos. — Ora aqui está, realmente, o que se chama fazer batota — diz Sade. — Tratava-se de conhecer o homem. E já estais a querer modificá-lo.»

Confessemo-lo: este rigor — sinto muita vontade de lhe chamar heroismo — talvez pudesse muitíssimo bem despistar Sade (tal como despistava nessa mesma época o caloroso patetinha, e ainda por cima escritor, Restif de la Bretonne). Ora acontece que não. Repetindo-as em dez volumes e com mil exemplos a apoiá-las, um Krafft-Ebing consagrará as categorias e as distinções estabelecidas pelo divino marquês. Mais tarde um Freud voltará a retomar o método, e até o princípio. Penso que é exemplo único nas nossas Letras o facto de alguns romances — pois de romances se trata — cinquenta anos depois de publicados fundamentarem toda uma ciência do homem. Teremos mesmo de acabar por admitir que Sade, nos tempos da sua liberdade, mais do que ler soube observar. Ou então que determinado fogo da sua natureza fê-lo sofrer — fazia-o também adivinhar — as mais variadas paixões. E espanta-me que lhe não tivessem dado provas de maior gratidão. Dito isto é demasiado evidente que em tais matérias um rigor científico mantém o seu perigo: em geral faz-nos dar, nas paixões, um lugar amplo e privado de mais à física do amor (tal como nos faz, na economia social, dá-lo ao interesse do indivíduo). Porque a existência da alma e mesmo do espírito pode negar-se com facilidade, mas não a união dos sexos.

Ora, Sade recusa a si próprio esta nova facilidade e não o faz com rigor menor. Vimos que um certo tom superior (e dir-se-á que também muito inferior), certo ar suficiente (e dir-se-á que também muito insuficiente) existe na maior parte dos livros eróticos mas não existe nos dele. Com maior rigor, um certo desusado estilo, um certo e repentino desajustamento. Porque a literatura pára, e a linguagem quase pára perante um facto (que às vezes se diz animal, ou bestial) com o qual o espírito parece não ter nada a ver e que nos limitamos, portanto, a verificar, quer com diver-

tida satisfação (é o caso de Boccacio ou Crébillon), quer com algumas reservas (como em Marguerite de Navarre ou em Godard d'Aucour). É exactamente esta diferença e este desvario o que Sade não aceita. «O homem — diz ele — é uno e lúcido. Nada faz sem raciocinar.» Por isso os seus heróis aceitam-se constantemente a si próprios, até mesmo nas suas aberrações, e apelam para o espírito. «Nós, os velhacos — afirma um deles (mas todos repetem o mesmo) — só nos gabamos de ter franqueza e rigor nos nossos princípios[1].» Discursos e reflexões é que os deixam prontos a actuar.

O homem nada executa sem raciocinar.

Ora aqui está onde reside a sua fraqueza. Porque reflexões e discursos é que poderiam apaziguá-los. Não há argumento, por mais sensato que seja, que antecipadamente não aceite ceder ao argumento contrário se o reconhecer ainda mais sensato. E desta forma, com excelentes pretextos inventados na hora H, é que a Léonore de *Aline e Valcour* escapa a mais de uma violação. A própria Justine a todo o instante se vê convidada a refutar os seus perseguidores. Nunca é apanhada à traição: «Nada de arrebatamentos — diz um deles. — Mas razões. A elas me hei-de render se forem boas[2].» Ora acontece a Justine ser brilhante, ora acontece ao problema que lhe levantam apresentar-se com tanta honestidade — tanto pormenor, de forma tão explícita —, que a todo o momento esperamos vê-la descobrir a expressão que o enuncia: Justine ou o Novo Édipo.

[1] *A Filosofia na Alcova*, II.
[2] *Justine*, II.

V
TRÊS ENIGMAS

Destes enigmas, a maior parte fez fortuna depois de Sade. O perigo é considerarmo-los hoje em separado, quando Sade os levantou todos ao mesmo tempo; e também acontece que assim, em separado, nos são muito familiares e a sua resposta — ou a dificuldade da sua resposta — é demasiado evidente. Porém, observemos de perto esses textos.

O único e a sua propriedade.

«Comecemos — diz Sade — por ser precisos. Quem és e o que procuras neste mundo? Vejo mutíssimas ocasiões em que dormes inerte ou te deixas simplesmente viver, a andar de um lado para o outro como uma estátua organizada. Essa estátua serás tu? Não. Tanto quanto possível, queres sentir-te consciente e razoável. Procuras a felicidade que decuplica a consciência e a razão. Mas que felicidade? Em geral localizamo-la no prazer e no amor. Pois sim. Evita apenas confundi-los um com o outro. Amar e ter prazer são coisas essencialmente diferentes; a prova é que todos os dias há quem ame sem prazer sensual, e ainda mais vezes quem tenha prazer sensual sem amar. Ora, se o orgasmo implica um prazer evidente, também terás de confessar que o amor se faz acompanhar de toda a espécie de arrelias e perturbações. 'Mas os prazeres morais...', dizes tu. Claro que sim. Conhecerás um só que não tenha origem na imaginação? Concorda ao menos comigo nisto, que uma tal imaginação se alimenta de liberdade; e tanto mais vivas são as alegrias que ela te dispensa, quanto mais liberta ela própria se encontra de freios e leis. Que regra antecipadamente

lhe fixaríamos? Valerá sequer a pena falar disso? Não seria imprudente? Deixemo-la andar à sua vontade.

«Ficámos, pois, restringidos ao prazer. Mas ainda haverá aqui que distinguir entre a volúpia que sentes e julgas proporcionar. Ora, muitíssimo bem nos explica a natureza o que somos, e muito mal o que os outros são. Poderás tu dizer, com certeza absoluta, que a mulher que apertas nos braços não finge o prazer? Estarás certo de que a ofensa daquela que ofendes não lhe provoca uma estranha e ambígua satisfação? Atentemos no que é simples evidência: a delicadeza, as cautelas, a preocupação por outrem são sempre prejudiciais ao nosso próprio prazer, e isto para chegarmos a resultado incerto. Não será, pois, normal um homem preferir o que sente ao que não sente? E alguma vez sentimos um só impulso da natureza que nos convide a preferir os outros, em vez de nos preferirmos a nós?

— No entanto — responde Justine — a moral...

— A moral? — prossegue Sade. — Falemos então dela! Não sabes que o assassínio foi nobilitado na China, a violação na Nova Zelândia, o roubo em Esparta? O homem que vês na praça a ser esquartejado por quatro cavalos, o que fez? Quis cometer em Paris um acto qualquer que no Japão é virtuoso. E qual é o crime daquele outro que deixamos apodrecer na palha húmida? Leu Confúcio. Não, Justine, damos muita importância às palavras vício e virtude, mas só transmitem ideias locais. Se bem entendidas, quando muito informam sobre o país onde deverias ter nascido. A moral é geografia que escutamos de uma forma errada.

— Mas nós, que nascemos na França... — diz Justine.

— Eu já ia chegar lá. É bem verdade, desde crianças temos os ouvidos cheios de benemerências e bondades. Como sabes, foi aos cristãos que lhes deu na cabeça inventar tais virtudes. Sabes porquê? Porque sendo eles próprios escravos e destituídos de tudo, só podiam extrair os prazeres — e mesmo a subsistência — da caridade dos donos. Empregavam nisso as parábolas, as lendas, os provérbios, toda a arte de seduzir. E os donos, esses grandes parvos, deixaram-se ir na onda! Tanto pior para eles. Mas nós filósofos, mais esclarecidos, ao procurarmos o prazer à vontade e com todo o esforço, fazemos exactamente o mesmo que esses escravos a quem admiras, e não o que eles dizem.

A moral dos escravos.

— E o remorso? — pergunta timidamente Justine. — Não contais com ele?

— Tu própria já não viste como as coisas são? O homem só se arrepende um pouco do que não costuma fazer. Ganhe-se o hábito, e logo o remorso desaparecerá; se um só crime consegue lançar em nós alguma perturbação, dez, vinte crimes não conseguem nada.

— Nunca experimentei.

— Então por que esperas? Aliás, é isso o que todos os dias vemos, por exemplo entre esses ladrões e salteadores a quem chamamos, e muito bem, calejados. Tal como o embrutecimento predispõe à fé, o crime repetido torna-nos impassíveis. Aqui está a melhor prova de que a virtude, no homem, não passa de um princípio superficial.

— No entanto — insinua Justine —, se outrora tivesse havido um compromisso qualquer de homem para homem, um pacto qualquer a que a honra ou o interesse nos mandasse ser fiéis...

— Ah, ah, — diz Sade. — Estás a levantar todo o problema do contrato social.

— É bem possível.

— Receio que o percebas à avessas. Mas raciocinemos. Estás a supor que os homens concluíram esse pacto no início das suas sociedades: 'Não te farei mal se não mo fizeres a mim'.

— Poderia ter sido um pacto tácito — faz notar Justine. — E não estou a ver que sociedade poderia subsistir, ou mesmo ser criada sem ele.

— De acordo. Trata-se de um pacto que a todo o momento temos de recomeçar e como que voltar a assinar.

— Por que não?

— Repara simplesmente nisto: um pacto deste género pressupõe a igualdade dos contratantes. Se renunciei a fazer-te mal, é porque antes disso tinha a liberdade de fazê-lo. Se agora volto a renunciar, é porque continuo a ter tal liberdade.

— E depois?

— Imagina, entretanto, que me foste entregue como uma escrava é ao dono, ou um prisioneiro ao carrasco. Como poderia passar-me pela cabeça fazer contigo um acordo que te reconhecesse direitos quiméricos, privando-me dos meus direitos reais?

O contrato social.

Se me não podes ferir, por que hás-de querer que eu te receie e me incomode por tua causa? Mas levemos isto um pouco mais longe. Concordarás, por certo, que cada qual extrai o seu prazer do exercício das suas faculdades e dos seus dons particulares: tal como o atleta vai extraí-lo da luta e o generoso das suas bondades; e, deste modo, o violento da sua violência. Se me fores totalmente submissa, será a tua opressão a dar-me as maiores alegrias.

— Será possível? — pergunta Justine. — Será humano?

— Não ponho as mãos no fogo pela humanidade do homem. Mas repara ainda nisto: tal como o forte sente prazer em exercer a sua força, o meigo ou o fraco aproveita a sua própria compaixão. Entrega-se, também, à volúpia. É lá com ele. Por que diabo teria eu de recompensá-lo pelos prazeres que a si próprio dá?

— Como vedes — diz Justine — há mil e uma variedades de fraqueza e força.

— Sem dúvida. É bem verdade que a civilização veio a alterar a aparência da natureza; mas ao menos respeita-lhe as leis. Hoje, os ricos não se encarniçam menos na exploração dos pobres do que os violentos de outrora se encarniçavam na humilhação dos fracos. Todos estes homens da finança, estes senhores que por aí vês, deixariam o povo inteiro a sangrar se pensassem que havia no seu sangue algumas palhetas de ouro.

— É horrível — reconhece Justine — mas sou obrigada a confessar que já vi alguns exemplos...»

VI

TRÊS NOVOS ENIGMAS

Que a religião, a moral estabelecida, a própria sociedade sejam dessas invenções malignas que permitem a certos homens — precisamente aos mais fortes — atormentar os povos, não há um só escritor de ideias do século XVIII que o negue. O próprio Vaunevargues, erudito e modesto, protesta contra esse facto em nome da natureza. Voltaire prefere atacar simplesmente a religião. Diderot a moral. E Sade tudo ao mesmo tempo. Sim, as leis são duras, a repressão implacável, a autoridade despótica. (Não tarda — diz Sade, e Sade é o único a dizê-lo[1] — que a Revolução aí esteja.) Muito bem. Ao homem que captou esta verdade e não pode sacudir de repente tantas opressões, o que lhe resta fazer?

Resta-lhe, pelo menos, poder desfazer-se delas perante si próprio e em segredo. Em tudo o que respeita a moral, Grimm, Diderot, Rousseau, M.lle de Lespinasse ou M.me d'Epinay limitam-se a um só facto que ora confessam, ora dissimulam: é que haverá, de qualquer forma, que descobrir e depois seguir a primeira e mais espontânea tendência do coração; à força de paciência e distanciação restaurar em nós o homem primitivo. Ainda acrescentam: a bondade natural.

---

[1] Em *Aline e Valcour*. (N. do A.)

A mentalidade primitiva.

A sociologia moderna não deixou ficar nada dos vários *Selvagens do Tahiti, Viagens de Bougainville, História dos Severambos, Suplementos às Viagens* e *Suplementos aos Suplementos* que alimentavam as almas sensíveis por volta de 1760. Poupou apenas as historietas românticas. Era previsível.

Porque bem vejo que os selvagens do Tahiti não conheciam as nossas leis nem os nossos códigos morais. Mas quem sabe se conheciam outros não menos severos? Quem sabe se mais cruéis ainda. (A sagacidade dos viajantes exercer-se-ia depois neste ponto. Sabemos que foi recompensada.) Devemos chegar mais longe. Bem vejo que eles não têm as nossas carruagens nem os nossos canhões. E se fosse de propósito? E se acaso tivessem conhecido a nossa civilização, e tivessem renunciado a ela (como somos tentados a fazê-lo)? Costuma dizer-se, e bem, que os Chineses inventaram a pólvora e os Romanos o elevador. Os Tahitianos que conhecemos talvez sejam os últimos restos de uma sociedade gloriosa e próspera com os seus palácios e os seus fastos — e que depois conheceu a vacuidade desses fastos e desses palácios. Meillet referencia línguas a respeito das quais não é possível garantir-se que esteja alguma delas mais próxima das origens do que outra. E, desta forma, nem um povo existe a que possamos honestamente chamar *primitivo*.

— O quê! — responde Jean-Jacques. — Basta-se experimentar esse homem primitivo em mim próprio. E sei que é bom.

— Não tenho a certeza — responde Sade.

Toda a gente disse, e terei de concordar com ela, que há em *Justine* torturas de mais — e em *Nova Justine* ainda cem vezes mais. Muitos tratos de polé e espadas, patíbulos e roldanas, varas e chicotes. Não sejamos, porém, hipócritas. Na nossa literatura europeia existe uma outra obra, e muito estimada, que só ela contém (gravuras incluídas) ainda mais torturas do que a obra de Sade inteira, e nessas torturas mais requinte, e nesse requinte mais obstinação: não trinta ou quarenta, mas cem mil mulheres envoltas em palha seca e a arder em fogo lento (previamente amordaçadas para os gritos se não ouvirem tanto); e outras mulheres esquartejadas em leitos com pregos, violadas à frente dos maridos empalados; e príncipes e princesas a grelharem lentamente em carvões a arder; e camponesas acorrentadas (essas

Dos prazeres da crueldade.

ovelhas mansas, diz o autor) que são deixadas a morrer de fome ao mesmo tempo que apanham pancada e são chicoteadas. No fim de tudo isto as vítimas não se contam às dezenas (como na *Nova Justine*) mas aos milhões. Para ser muito exacto, vinte milhões segundo o autor. Autor este que é respeitável e há, de resto, historiadores dignos de fé (como Gomara ou Frei Luis Bertram) que confirmam tais ditos a mais milhão, menos milhão, pois não se trata, de forma alguma, de romance mas reportagem pura e simples: a *Brevíssima Relación de la Destrucción de las Indias* do padre Bartolomeu de las Casas que ninguém acusará, certamente, de querer espicaçar os nossos maus instintos. Por outro lado, os soldados espanhóis que partiam para o Novo Mundo não eram escolhidos pela crueldade: eram curiosos; simples aventureiros como vós e eu. Mas, o quê! Deixavam povos ficarem à sua mercê!

Que o homem possa sentir um prazer muito forte em cortar o homem (e a mulher) aos pedaços; e antes de mais imaginar — sobretudo imaginar, talvez — que os corta, é inegável evidência que uma qualquer cobardia geralmente nos faz ocultar. Não percebo isto muito bem, pois nada encontro no facto que incomode, seja de que forma for, a fé cristã — aliás, nem a muçulmana nem a taoista —, já que a partir de certa altura, garante ela, o homem separou-se de Deus. E quanto ao descrente, com que direito se recusaria a avaliar sem preconceitos um tal homem?

Verifica-se, no entanto, que se recusa a isto mal lhe dá a pressa de construir uma filosofia natural sem grandes custos — o século XIX chamar-lhe-á uma moral laica —, livre de leis e da autoridade, livre de Deus. E fazer batota não é coisa que o incomode lá muito. Pois bem! Que Sade nos seja então precioso por recusar a mentira e uma tal batota! Dir-me-eis que põe na recusa um pouco de calor a mais. Ah! Sade não é muito paciente. Acreditais que os outros não o exasperam com os seus êxtases na natureza, choros à frente de cascatas, arrepios sobre a verde erva? A tanta ingenuidade estava a fazer falta um contraveneno.

— Que estranho contraveneno — diz Justine. — E a minha vida o que será?

— Uma vida absurda — responde Sade. — Se não, vê...

O mundo absurdo.

Em geral, a cena tem por teatro um qualquer castelo selvagem e quase inacessível. Um mosteiro qualquer, perdido no coração da floresta. Justine é prisioneira numa torre e com ela estão três raparigas, a grave Omphale, Florette a estouvanada, Cornélie a inconsolável, escravas de monges perversos. Sozinhas? Pelo contrário: tudo indica que há no meio do convento outras torres, outras mulheres. Às vezes, uma que outra escrava desaparece. Que fim terá? Tudo leva a crer que abandona, ao mesmo tempo, a vida e o mosteiro. Qual a razão de a fazerem desaparecer? Impossível sabê-lo. A idade não é chamada ao caso. «Vi uma mulher de setenta anos — diz Omphale a Justine — e mantinham--na presa; ao passo que a outras doze, que nem dezasseis anos tinham, puseram-nas lá fora.» Nem idade, nem conduta. «Algumas eu vi que, ainda eles não tinham tido um desejo, já lho satisfaziam, e ao fim de seis semanas iam-se embora; outras enfastiantes e bizarras que se mantinham aqui muitos anos.» De resto, raparigas bem vestidas e bem alimentadas. Soubessem ao menos como proceder e que conduta adoptar... Mas não. «Aqui não é desculpa dizermos: não me castigueis porque eu desconhecia a lei. De nada nos previnem, e somos castigadas por tudo... Ontem foste açoitada sem cometer nenhuma falta; não tarda que ainda o sejas mais por tê-la cometido. Sobretudo, nunca te dê para imaginar que estás inocente.» (E ao longo de *Justine* assim se entrelaçam os temas do castelo e do processo[2].) Diz ainda Omphale: «O principal é nunca recusarmos nada... tudo prevermos e, apesar disso, por muito bom que tal meio seja nunca estamos seguras...[3]»

Que remédio para tantos males? Só há um: os infelizes consolam-se quando vêm perto deles outros infelizes atormentados pelos mesmos enigmas, vítimas do mesmo absurdo.

Seria ingénuo supor que Sade apenas se preocupa, na aventura, com quatro ovelhas tresmalhadas.

[2] Apesar das minúsculas, é evidente que se trata de *O Castelo* e *O Processo* de Kafka. *(N. do T.)*

[3] *Os Infortúnios da Virtude. (N. do A.)*

VII

A DECEPÇÃO DE SADE

Foi em 1791 que a hora de Sade soou e lhe deu os seus meses de triunfo. Porque a Revolução reconhecia nele um dos Pais e fê--lo livre, e honrado. A Comédie-Française representou *O Conde Oxtiern*; nas ruas, o povo cantarolava uma *Cantata ao Divino Marat* que tinha por autor o divino marquês. Fulgurância na conversa, vastidão na ciência, força no ódio, tudo lhe prometia uma carreira brilhante e segura. Só em dois ou três pontos se afasta um pouco dos novos amigos: como Marat, por exemplo, quer um Estado comunista[1]; mas também quer manter um príncipe que zele pela aplicação das novas leis. E veja-se o que mais grave era: leis que seriam suaves e moderadas, a pena de morte banida. Porque se as paixões do homem no seu calor às vezes justificam o crime, nada pode desculpá-lo quanto aos códigos... «que devem ser, por definição, de natureza raciocinante e fria».

Sade, presidente da Section des Piques.

«Repare-se, porém, que estas distinções delicadas (acrescenta ele) escapam a muita criatura que não sabe, como é evidente, reflectir nem contar. O quê, boa gente! Condenais um homem à morte porque matou outro. Ora acontece que isto implica dois homens a menos, em vez de um![2]»

[1] Parece que as teorias de Zamé, em *Aline e Valcour*, representam com muita exactidão as opiniões políticas de Sade. *(N. do A.)*

[2] Cf. *A Filosofia na Alcova*: «Franceses, mais um esforço...» *(N. do A.)*

É assim, e não sem insolência, que fala o cidadão-secretário Brutus Sade na *Section des Piques*. Parece-me estar a ouvi-lo e a vê-lo. Se as masmorras do tirano o deixaram um tanto corcunda, também o engordaram. Com tudo isto um ar imponente, sempre. Caloroso, com uma ponta de cerimónia. E até mesmo sorridente.

Sorri, como todas as pessoas decepcionadas. Está decepcionado. Ser livre não é tudo na vida. Por todos os lados começam a cair-lhe telhas em cima. É o notário, o percevejo desse Gaufridy, que pede dinheiro; são os filhos a fazerem de conta que ele não existe; os seus castelos da Provença, que estão para ser demolidos e entretanto vão sendo pilhados. Bem vê que os cidadãos até na *Section* o trazem debaixo de olho. Do feroz Sade esperavam outra coisa. Outra coisa diferente daquela assiduidade, daquelas cantatas, daquela educação. (Numa altura em que o inimigo nos pressiona por todos os lados, a quinta coluna nos arruina e faz morrer de fome.) Depois, ser secretário — e mesmo Presidente dos «*Piques*» um pouco mais tarde — não é situação. Pede para dirigir uma biblioteca. Não lhe respondem. Os teatros recusam as suas novas peças porque lhes falta, ao que parece, civismo.«Eu ainda os lixo a todos com o tal civismo», respinga Sade na mesa de presidente. É nesta mesma altura que um esquisito velhote lhe aparece lá: um do antigamente que deseja ser recebido (diz o secretário). Que vai sentar-se a um canto. Com todo o ar de quem já borra as calças. Que roda estupidamente a bengala entre os dedos. Seria um prazer correr com aquele cara de tanso! Mas trata-se do presidente de Montreuil! O inimigo, o Perseguidor a quem Sade deve treze anos, para aí, de Bastilha!

Pois bem! Muito simplesmente vai apertar-lhe as mãos. Levantar-lhe um pouco o moral. Pode concordar-se que não terá razão nenhuma para se incomodar. Aliás, se o velho julga que ali, na *Section*, os dias são sempre divertidos! Pobre Montreuil, tem boas razões para querer divertir-se. Três dias depois comparece à frente de Sade o comandante Ramand, um oficial do exército do Somme. «Deixaste fugir os emigrados[3]?, pergunta Sade. — Deixei. — Isso é morte garantida, como sabeis. — Sei, diz o bravo

[3] Durante a Revolução Francesa chamaram *émigrés* aos nobres que tinham decidido fugir do país. *(N. do T.)*

comandante. — Tomai!, diz Sade. Aqui tendes trezentas libras e documentos. Desaparecei-me da frente[4]». Dias depois, Ramand estará na província e Sade nas Madelonnettes. Se escapa à morte por um triz é porque Robespierre, entretanto, foi morto. Aliás, regressará pouco depois à prisão. Desta vez por ter difundido um panfleto contra Josefina. Porquê um panfleto, porquê contra Josefina? Oh! Sem dúvida por razão idêntica à que o fez receber Montreuil e pôr o comandante a salvo.

Onde Sade volta para a prisão.

Começamos por pensar na explicação mais simples. Sade tornou-se escritor na prisão. É claro que já tinha feito, aqui e além, alguns ensaios. Umas versalhadas, como costuma dizer-se; no género trovador (realmente, é provençal). No cárcere, porém, tudo isto se fez acompanhar por uma espécie de revelação.

Mesmo que o fizéssemos com precaução, seria impossível evocar toda a amplitude de uma obra perseguida e da qual nem conhecemos um quarto — o resto foi queimado, guilhotinado, perdido. Pensemos antes, se quisermos imaginar a fúria — a raiva — que Sade põe no acto de escrever, no romance *Os Infortúnios da Virtude* cujo plano de pormenor ele estabelece e depois escreve uma primeira, uma segunda, uma terceira vez, em todas corrigindo cada pormenor, todas as frases: ou melhor, reinventando-as. E a segunda versão surgirá com o dobro da primeira; e a terceira — quinhentas páginas! — com o triplo da segunda[5]. É pior do que um vício ou uma droga. É coisa que revela, ao mesmo tempo, paixão e dever. Ora acontece, depois de livre, que tudo conspira contra ele: a política, os filhos, os negócios. Como viver da escrita? Parasita, chulo, chantagista, como bem sabemos todos os meios são bons para quem sente necessidade de escrever. E o

[4] «Queriam obrigar-me a cometer uma desumanidade. Nunca quis fazê-las», virá Sade a dizer numa carta a Gaufridy. *(N. do A.)*

[5] Tal como D. H. Lawrence fará 150 anos mais tarde com o seu *Amante de Lady Chatterley* (três versões hoje conhecidas por *The First Lady Chatterley*, *John Thomas and Lady Jane* e *Lady Chatterley's Lover*, respectivamente), o marquês de Sade escreveu três *Justine* com crescente grau de violência e crueza de linguagem: *Les Infortunes de la Vertu*, *Justine ou Les Malheurs de la Vertu* e *La Nouvelle Justine ou Les Malheurs de la Vertu, suivie de l'Histoire de Juliette, sa Soeur*. *(N. do T.)*

desgraçado que arranja — para ser independente, diz ele — um «segundo emprego» qualquer (mas qual era o primeiro, na verdade?), não terá muito mais — jornalista, funcionário, agente de seguros — do que um recurso: fazer-se doente. Quanto a Sade, faz-se culpado. Naquele ano metem na prisão os revoltados? Pois será um deles. Os indulgentes? «Se para aí me der, tenho a liberdade de deixar que esses cretinos actuem à vontade.» Os conspiradores? Por que não? Os ímpios e os libertinos? São mesmo o meu género. Quando o resto falha, resta sempre a loucura. É que nos manicómios e nas bastilhas do século XVIII (bem vistas as coisas uma situação bastante suave para um aristocrata cujas culpas se não conhecem muito bem) há possibilidade de ler, há toda a possibilidade de escrever — com a fúria que é viver na prisão a ajudar. «Aquele, acolá, de onde veio?, perguntam os guardiães de Sade uns aos outros. — Parece que conspirou contra Deus. — Não me digas...»

Sim, é uma razão plausível. Cheguemos um pouco mais fundo, porém. Acontece a um homem almejar a fama, o amor, a independência com tão grande força, que ultrapassa o seu objectivo; — fá-lo com tão viva e tão ciosa paixão, que consegue bem depressa desprezar o seu primeiro fim. O quê! A glória era afinal aquilo: falatório nos jornais, eleições na Academia, entrevistas e aquela canção popular cujo autor deixou de estar na memória das pessoas? A liberdade eram aqueles (magros) aplausos da plateia; aquelas aprovações desconfiadas; aqueles votos que amanhã hão-de virar-se contra nós? Não, nem sequer orgulho chegaria para nos contentarmos com isto. Só vaidade, e da mais rasteira. Vaidade e não sei bem que gosto pela trapaça, que vontade de ser enganado. É nesta altura que as forças da alma mudam misteriosamente de sentido e o conquistador sente que foi vencido pela conquista; e o apaixonado foge da amante, e a miséria surge ao avarento como sinal, por excelência, das fortunas. O glorioso goza e ao mesmo tempo exaspera-se com o silêncio que à sua volta fazem as suas pretensões insensatas; o amante da liberdade regressa à prisão. Realmente enojado.

Sim, a explicação é plausível. No entanto, não posso dizer que me encante. Voltemos, pois, à vaca fria.

VIII

SADE, ELE PRÓPRIO, OU A RESPOSTA DO ENIGMA

Hoje fala-se facilmente de sadismo em jornais e em livros sérios. E com muita razão. Trata-se de uma característica do homem o mais imediata e natural possível, desde sempre conhecida; que pode resumir-se, pensando bem, numas poucas palavras: exigimos ser felizes; e também exigimos que os outros não possam, de forma nenhuma, sê-lo. Dito isto, que uma tal característica consiga degenerar em horríveis manias sob o peso das circunstâncias, é caso para psiquiatras. Não para mim. Não sei se Sade era sádico: os seus processos não projectam grandes luzes sobre o assunto. No caso que melhor conhecemos — o processo de Marselha —, Sade mostra-se masoquista; o que é exactamente o contrário. Além do mais vejo que recusou ser sádico quando tudo, em peso — os rancores, as paixões do momento e a *Section des Piques* — o convidava a sê-lo. Também haveria que discutir ainda este ponto: verdadeiro sádico talvez seja o que rejeita as facilidades do sadismo e não admite que alguém o convide a exercer a sua mania. Cada qual com o seu orgulho. — Vejamos, porém, o que mais curioso é.

o masoquismo é incompreensível

De há cerca de cinquenta anos para cá, tanto se fez hábito falar em *masoquismo* (exactamente o que acabo de fazer) como em sadismo. Com naturalidade idêntica. Como se estivesse em causa uma característica do homem não menos simples, não menos necessária do que a outra. Aliás, não menos susceptível de degenerar em mania. Quem dera que assim fosse. A ser, porém, uma

característica natural, teremos de confessar que é barroca; que chega a ser mais ou menos incrível; e que é preciso muito boa vontade para lhe chamarmos natural.

Se eu tomar o olho como exemplo, verifico que está sujeito a mais de uma anomalia. Pode ser présbito ou míope. Pode mostrar defeitos mais raros e (como o sadismo) mais ilustres: a amaurose ou a diplopia. Chega mesmo a tirar vantagens do seu vício: pode ser nictalópico e mostrar-se contente por sê-lo. (Tal como o sádico tira partido do seu sadismo: ao fim e ao cabo, também é necessário haver carcereiros numa sociedade bem ordenada; e, para o que der e vier, magistrados, enfermeiras e cirurgiões.) Quanto a isto, nada a objectar. Nunca mas nunca se descobriu, porém, um olho afectado de zumbidos, de hiperacusia ou audição colorida. E é disto — aliás, coisas deste mesmo género — que estranhamente pretendemos encontrar no masoquismo.

Que a dor alheia me dê prazer, é evidentemente uma sensação singular; e trata-se de uma sensação condenável, sem dúvida. Mas sensação de qualquer forma clara e compreensível, que a Enciclopédia pode recolher nas suas fichas. Que a minha *própria* dor me dê prazer, que a minha humilhação me seja orgulho já não é, porém, condenável nem singular, é simplesmente obscuro e muito à vontade eu estou para responder: sendo dor, não será prazer; sendo orgulho, não será humilhação; sendo... Por aí fora. Contudo, ninguém duvida de que existe qualquer coisa à qual pode chamar-se, com muita razão, masoquismo. Para ser mais preciso, há homens e mulheres a que teremos de chamar masoquistas (se retirarmos à palavra o pouco que ela possui de excessivamente erudito).

Porque, bem se vê, não há nada que estes procurem tanto como zombarias e ridículo, e melhor se alimentam de vergonha do que de pão e vinho: Filipe de Néri, que dançava nas ruas e só rapava metade da barba, gostava mais de passar por louco do que passar por santo; o xeque Abu Yazid al Bisthâmi dava duas nozes aos garotos dos *suks* em troca de uma bofetada. Não faltam homens que desejem aos amigos — e a eles próprios, que são o primeiro desses amigos — «sofrimento, abandono, doença, maus tratos, desonra, um profundo auto-desprezo e o martírio que é

O masoquismo é um sentimento vulgar.

desconfiarem de si mesmos[1]». E outros haverá, como a portuguesa, que dizem: «De outros males ainda me fazei sofrer[2]». E aos que replicarem que em todo o caso se trata de uma astuciosa tentativa de garantir (de acordo com uma qualquer lei natural de compensação) o bem que surge depois dos males, a honra depois da desonra, e o triunfo da confiança depois do martírio do desdém, será preciso responder-lhes (educadamente) que não terão compreendido com muita clareza do que se trata. Mas continuando:

Outras pessoas vemos que, devido ao jogo de um instinto que não erra, se atiram de cabeça a vexames e a torturas; seja em que sítio for, mostram-se extraordinariamente conscientes e como que sensibilizadas quanto à presença de um possível carrasco, como que antecipadamente fascinadas, chamadas — ali, onde o vizinho do lado só vê uma boa criatura sem importância — por esse carrasco cuja presença adivinharam (na verdade, o preciso caso de Justine...), ou então dirigem-se por seu próprio pé e com estranha teimosia ao lugar onde a prisão, os tribunais e a morte estão à sua espera. (Realmente, o caso de Sade...).

Não pretendo aqui fazer luz nem, de forma alguma, explicar um facto difícil — um facto precisamente muito misterioso, em relação ao qual a análise parte — desde sempre partiu — os dentes. Não. Muito pelo contrário, serei levado — instruído pela experiência — a tomar o partido oposto: a reconhecer que se trata de um sentimento verídico, sem dúvida, mas incompreensível. Ou melhor (escolhamos o termo mais vago), de um sucesso — é bem possível que frequente mas de qualquer forma obscuro e que se mantém, perante o meu raciocínio, opaco. (Seja como for, dessa gente não compreendo nada. Numa palavra, deixo ao mistério a parte que lhe cabe. E veja-se o que é mais curioso: encontro-me imediatamente recompensado pela minha modéstia. Nem sequer direi nada — não direi nada porque a resposta seria desde logo fácil de mais — sobre o orgulhoso que procura o silêncio ou o

[1] Nietzsche, *A Vontade de Poder. (N. do A.)*

[2] Como se sabe, quando os franceses se referem à «portuguesa» estão a lembrar-se de Mariana Alcoforado, a freira de Beja cujas cartas — talvez inventadas em francês — constituem um clássico da sua literatura. *(N. do T.)*

avarento que procura a miséria. (Haverá que confessá-lo: a explicação que há pouco dei não era só banal; era ainda pior, era agarrada pelos cabelos. Ao fim e ao cabo, o orgulhoso, o avarento ou o libertário encontram-se avisados de antemão sobre os sinais da glória, da riqueza e da liberdade, e muito pouco atendida seria a sua queixa).

Onde os enigmas se esclarecem.

Porque se acontecer ao homem passar também por coisas que nada têm de humanas, quando comparadas com aquilo que é seu hábito — ou a que está acostumado, pouco importa — mas o homem natural não é *diferente* do civilizado, nem eu próprio sou dos outros, nem a bondade é da perfídia, nem a dor é do prazer —, o sadismo não será mais, enfim, do que abordar e como que levar à experiência (desajeitadamente talvez, odiosamente por certo) uma verdade tão difícil e misteriosa que, uma vez admitida, fará com que as nossas dificuldades de há pouco — e até mesmo os enigmas que Sade contrapõe a Justine — sejam aquilo que, de imediato e maravilhosamente, se dissipa e esclarece. Como se me bastasse dar, de uma vez por todas — para ver claro no assunto (por certo nos problemas mais intrincados) — o lugar que ao obscuro compete.

Dir-me-eis aqui, e com muita justiça, que se trata de uma verdade demasiado difícil e que tanto foge à linguagem como à razão. Claro que sim, e é bem evidente que apenas tento, uma vez encontrado o seu lugar — em vez de exprimi-la, contorná-la e fazer-lhe um cerco. Sucede apenas que o homem, que já lhe sofreu uma ou mil vezes as consequências, que já *passou* por ela, mantém como recurso vivê-la ou sê-la em vez de pensá-la ou dizê-la. E acabo assim por compreender em que sentido Sade (como Pascal, Nietzsche ou Rimbaud) *pagou*; em que sentido pôde também merecer que lhe chamassem divino na linguagem popular que às vezes dá mais justas sentenças do que o julgamento dos críticos, e encontra mais perturbantes imagens do que os versos dos poetas.

Aliás, há outra possibilidade...

O DEPOIMENTO DE JEAN PAULHAN em 15 de Dezembro de 1956, na 17.ª Câmara Correcional de Paris

Entre 1947 e 1972, Jean-Jacques Pauvert leva a cabo a primeira publicação das Obras Completas de Sade. Em 1956, o Ministério Público põe em tribunal aquelas edições e solicita censura para alguns dos seus textos. Durante o processo Maurice Garçon, o advogado do editor, chama à barra várias personalidades do mundo literário francês, entre elas Georges Bataille, Jean Cocteau, André Breton e Jean Paulhan, que respondeu assim:

— Eu gostaria — disse Maurice Garçon —, que o Sr. Paulhan, muito versado neste tema pois escreveu um certo número de estudos sobre o marquês de Sade, nos dissesse se pensa que pode haver na edição do Sr. Pauvert ofensa aos costumes.

— Tive de escrever para a Sorbonne uma pequena tese sobre o marquês de Sade e conheço, portanto, a sua obra. Parece-me importante e histórica, pois a partir de Lamartine todos ou quase todos os escritores do século XIX (pelo menos aqueles que são representativos) têm origem no marquês de Sade. Lamartine reconhece que nunca teria escrito poemas se, aos dezanove anos, não tivesse lido Sade; e com Baudelaire, e filósofos estrangeiros como Nietzsche ou Swinburne, dá-se evidentemente o mesmo.

«Sade, é certo, surgiu numa época em que uma espécie de filosofia um tanto mole admitiu sem reservas a bondade do homem, e que bastaria restituí-lo à sua natureza para tudo correr bem. Por contraste, Sade foi levado a sustentar que o homem é

mau e a demonstrar com pormenores, por todas as formas, a maldade que ele, antes de mais ninguém, considerou de bases assentes na sexualidade; é uma tese que Groddeck, Freud e uma centena de outros mais tarde iriam retomar.

«A importância de Sade parece-me tanta, quer do escritor — é muito grande escritor —, quer do filósofo, que proibir-lhe os livros equivaleria mais ou menos (e uma vez que lemos diariamente as obras dos seus discípulos nos jornais) a permitir que estes publicassem o que se proibira em livro. Em jornais já pudemos ler *O Jardim dos Suplícios* de Octave Mirbeau, que é uma *Juliette* muito chatamente requentada. Há nisto qualquer coisa de muito chocante.»

— Acha — perguntou o Presidente — que a filosofia de Sade e a dos jornais diários se medem por uma bitola comum?

— Não, apenas pretendo dizer que os jornais — tal como os escritores do século XIX, a começar por Lamartine e a continuar, se quiser, com Freud e Nietzsche, que vulgarizaram a obra do marquês de Sade — vulgarizam o que existe no livro em estado puro. Qualquer coisa de muito puro, de muito violento em Sade, qualquer coisa que chega a ser chocante mas é razão de todo o resto.

— Gostaria de ouvi-lo explicar onde vê a pureza dessa filosofia que me parece destruidora.

— Existe uma pureza da destruição. Foi Saint-Just quem o disse...

— Acha que a pureza dessa destruição não é perigosa para os costumes?

— É perigosa. Conheci uma rapariga que entrou para um convento depois de ler as obras de Sade, e fê-lo porque as tinha lido.

— Acha mau resultado entrar para um convento?

— Verifico que é um resultado.

— Se nos colocarmos na posição normal, acha que uma ferocidade destas (não quero censurá-la, como é evidente, mas resume-se a destruir tudo, tudo quanto pode haver de honroso na família, no respeito pela moral) não é um risco se a tornarmos pública?

— Senhor Presidente, o mesmo foi dito de Freud quando a sua obra começou a ser conhecida.

— Vai ser necessário, portanto, abstrairmo-nos de tudo o que constitui o exemplo dos princípios filosóficos desenvolvidos por Sade. Não falo daquelas cenas abomináveis e também maçadoras, quer pela quantidade, quer pelas descrições...

— O exemplo é assustador, senhor Presidente.

— Não acha que constitui um perigo pôr em prática essas teorias filosóficas mediante exemplos, mediante a descrição de cenas que, a avaliar pela quantidade de volumes onde se esplanam, são tão compridas?

— De forma nenhuma, segundo me parece; será difícil, talvez seja imprudente sustentar que o homem é mau sem mostrá-lo em estado de maldade. Seria o mesmo que convidar o leitor a investigar por conta própria.

— Acha que é preciso sublinhar todos os requintes de crueldade daquilo a que se chama sadismo? Acha que é normal e não constitui perigo sob uma forma não expurgada?

— Anteontem estive a ler a Bíblia. É um livro assustador! Toda aquela gente da aldeia que acorre à casa onde Lot recebe estrangeiros para, como lá se diz, «os conhecer»[1]!

— Vou fazer-lhe a pergunta de uma forma mais brutal: se o senhor tivesse uma filha, preferiria dar-lhe a ler o marquês de Sade em vez da Bíblia?

— De modo nenhum eu disse isso, mas só lhe entregaria a Bíblia com cautelas...

— Deixemos a Bíblia, que não está em causa; ou antes, o senhor é que a põe em causa. Restrinjo a pergunta ao marquês de Sade. Não vê nenhum inconveniente em que as suas obras sejam postas à disposição de uma rapariga ou de um rapaz?

— Penso que são perigosas pelas razões que ainda agora referi. O desencorajamentro, a repulsa que a obra de Sade inspira podem levar aquele que a lê a refugiar-se num convento. Acho que há nisto um perigo, seja embora um perigo eminentemente moral.

[1] Quando Lot hospeda em sua casa os dois anjos enviados por Deus a Sodoma, os homens das redondezas quiseram violá-los. Lot só conseguiu dissuadi-los do seu propósito invocando a lei da hospitalidade. *(N. do T.)*

— É um perigo eminentemente moral. Mas se ele arrastar, ou fizer correr o risco de arrastar alguém à corrupção?

— Não há livro que não transporte consigo o seu perigo. Baudelaire pode levar a todas as corrupções possíveis.

— De qualquer forma, há uma pequena diferença: os poemas de Baudelaire...

— Não acho, senhor Presidente. Baudelaire parece-me bastante mais insinuante, bastante mais hábil.

— Acha os pontos nos is que existem na obra de Sade menos perigosos do que as insinuações?

— Têm qualquer coisa que faz repelir...

— Estamos de acordo. Não acha que sejam perigosos como exemplo?

— Não, pois são propostos como exemplo a não seguir.

PORTUGAL EM SADE, SADE EM PORTUGAL (história, histórias...)

por

ANTÓNIO CARMO LUÍS

Adaptação de um capítulo do livro inédito *Sete Encenações Falhadas de uma Batalha Campal*

Em 29 de Fevereiro de 1784, o marquês de Sade foi transferido de Vincennes para a Bastilha.

«Ver-me corrido assim, à força e sem contar — começa ele por dizer numa carta que escreveu à mulher —, sem ser prevenido, com todo este mistério, com todo este incógnito burlesco, todo este entusiasmo, todo este calor que mal se perdoaria na primeira efervescência de um caso o mais consequente, mas que é tão chato como ridículo depois de doze anos de desgraça. E vejo-me raptado para onde? Para uma prisão onde estou mil vezes pior e mil vezes mais incomodado do que no infeliz lugar que agora deixo...» Em cartas seguintes reclama camisas, toalhas, lenços, roupa interior, barretes, lençóis e, sendo possível, alguns livros.

Para um nobre a Bastilha não era, porém, dos piores lugares. Se possuia celas subterrâneas, destinadas aos piores castigos e a uma futura e romântica tradição, também dispunha de quartos elegantemente mobilados e de uma comida que nem fama tinha de ser má. O marquês, ferido com essa transferência intempestiva e sem justificação aparente, habituado a uma cela onde sonhara demoradamente Justine e Juliette, reagia — como veio a verificar-se — sem muita razão. Pouco tempo depois, o quarto que lhe distribuiram era mobilado a seu gosto; as paredes forradas com outro tecido; chegavam-lhe livros e resmas de papel saídos da mão de uma marquesa de há muito magoada mas sempre fiel: só de uma vez, «dezanove cadernos e uma garrafa de tinta»; de

outra, «seis grandes penas talhadas, outras seis de galo e vinte e um cadernos de papel pautado»; viu-se inundado com livros de viagens, romances de Marivaux, Fielding, Prévost e Laclos. O marquês já tinha o necessário para a sua viagem imóvel. E via-java.

Sentado, com um papel à frente e a imaginação à solta, viajava sobretudo *d'un château l'autre* — castelos sombrios de sei lá onde, itálias e franças cheias de florestas cerradas onde punia mil vezes a virtude. Passava os dias a escorrer peripécias negras num romance que viria a baptizar de *Aline e Valcour ou O Romance Filosófico*. Laclos, Richardson e tantos outros já tinham firmado a moda da história epistolar. Nesses tempos sem telefone nem fax, as pessoas escreviam-se muito e não era inverosímil de todo que uma história pudesse brotar inteira do maço de cartas trocadas entre testemunhas e protagonistas de uma acção. O marquês, porém, complicava. Escritor a tempo inteiro a sabendo-se roedor lento de uma generosa pena, ganhava o gosto por obras cada vez mais longas que garantiam a todo o custo a sua amplitude interrompendo a anedota com divagações intermináveis e de uma erudição imprevisível nas personagens que as proferiam, intercalando histórias dentro de histórias, autênticos romances autónomos dentro do romance.

Aline e Valcour chegou ao fim com três longos parêntesis que lhe interrompiam a acção central. Ia o marquês na Carta XXXV e intercalou a *História de Sainville* com cerca de 340 páginas; ia o marquês na Carta XXXVIII e intercalou a *História de Léonore* com cerca de 350 páginas; e ainda nessa mesma carta teve a audácia de dar outro corte dentro do corte intrometendo *O Crime do Sentimento ou Os Delírios do Amor*, «novela espanhola».

Dir-se-á, porém, que sentiu vontade de variar e atirar com a sua heroína ingénua para muito mais longe, fazê-la passar por volúpias desconhecidas e bárbaras, só credíveis em zonas do mundo com uma grande probabilidade de desconhecido, zonas do mundo quase fora do mundo. O marquês deve ter ido à estante da cela avaliar que auxílio lhe davam aqueles tantos livros carregados pela marquesa — Cook, Bougainville, Pigafetta, sei lá que mais — de ousados viajantes a quem todo o excesso da imaginação ainda era nessa altura indesmentível por ciência feita.

Pôr a sua Léonore em África não lhe pareceu difícil. Pior seria o regresso a casa através de Portugal e Espanha.

A sua carta de 25 de Novembro de 1786, à mulher, já denota impaciência. Talvez a história fosse a mais de meio sem ele saber nada de Lisboa nem Madrid. Insiste: «As respostas espanholas e portuguesas são infinitamente urgentes. Parece que o mais simples seria mandar procurar um professor de línguas nativo dessa nação [sic], fazer-lhe as perguntas, dizer-lhe para responder por escrito e dar-lhe um escudo que ele de forma alguma ganharia com uma lição, e esta bem mais trabalho lhe custaria. Conjuro-vos a enviá-las de imediato.» Não sabemos que informações lhe arranjou a marquesa. Certo é que o romance não falhou Lisboa.

Perdida em Trípoli do seu amado Sainville, forçada a perigosas aventuras no Cairo, Léonore vê-se compelida a descer o continente até bem ao sul, ao reino de Ben Mâacoro, negro «o mais cruel e feroz de toda a África». Sade atribui-lhe uma missão lograda mas sem registo nos nossos manuais de História. Teve de «entreter» o rei Mâacoro para D. Lopes de Riveiras, chefe do estabelecimento português de Tete, pôr em prática o plano sabiamente arquitectado pelo Conde de Souza, nem mais nem menos do que ligar o forte de Tete a Benguela através do reino de Butua. Este precursor do mapa cor-de-rosa é concretizado no solo pela arte de avanços e recuos de Léonore, heroína sempre intacta que Sade vai poupando à custa de Cleméntine, sua companheira--reverso, à mão para sofrer aquilo que o destino desiste de fazer passar à outra.

O leitor, amnésico em História e Geografia, só terá que deixar-se conduzir por esta África sonhada na Bastilha, acompanhar as dilaceradas heroínas até Benguela e vê-las, exaustas, tomar o barco para Lisboa.

Era a Lisboa de uns trinta anos atrás. Sade não precisa de dizer-nos quem reina para adivinharmos D. João V. Léonore e Cleméntine desembarcam no Tejo, passam pelo inevitável recurso ao carregador galego (nota de Sade: «é gente da Galiza, que em Lisboa exerce a profissão de carregador, cangalheiro, etc.») e quando ele lhe pergunta para onde querem ir, Léonore responde sem hesitar:

— Para o Boulnois, na Strella.

Apanhadas na baixa pela multidão que se comprime para ver passar o rei (o rei vai, claro está, numa carruagem luxuosa e em direcção ao convento onde uma donzela da mais alta estirpe toma o véu), é com dificuldade que sobem por Saint-Benté até à estalagem *Bon Repas*, à frente daquele convento que será futura Assembleia. Dos galegos, contudo, nem sombra.

— «Fomos roubadas!...»

Neste momento entra em cena o criado Camarieros, palavra de sonoridade tão próxima de «camareiro» que pensamos logo numa confusão de Sade. Camarieros consola-as com a vaga hipótese de os galegos se terem enganado. Talvez as suas malas estejam na casa do Sr. Williams, um inglês instalado, pelos vistos, na Lapa, já que é dono da estalagem da rua Bueros Ciaires.

Se a indefesa Léonore sucumbe à gravidade do momento, Clémentine mostra-se muito mais prática:

— «Lembra-te, minha filha, de que não morrem de fome duas lindas raparigas se tiverem um espírito como o nosso.»

Resolvem voltar ao porto, mas o navio que as trouxe já vai a caminho de Cádis. Resta-lhes saber quem é o alcaide da zona a que pertence a estalagem *Bon Repas*. É de D. Laurent de Pardénos, um homem (como se verá depois) com umas destas «fisionomias doces e de expressão afectada, que escondem uma alma feroz e corrompida»; «hábil velhaco, endurecido a todos os males do próximo, capaz de vê-lo sem lhe prestar ajuda ou aliviando-o apenas com a esperança de o utilizar em seu proveito; libertino sem freio, grande hipócrita, celerado profundo». A descrição é esmagadora e deixa pintado do mais retinto negro este vilão que as aconselha a não ceder às armadilhas que o crime, «sempre vigilante, prepara à inocência». Pergunta sua, e caridosa: Já fizestes a escolha do vosso confessor?, sublinhada por uma mão distraída que chega ao seio de Clémentine.

— «Senhor, tudo isso é muito bonito mas digo-vos, uma vez mais, que nem um *raix* nos sobra. (Nota de Sade: '*raix* é a mais baixa moeda de Portugal; são precisas 6400 para prefazer 42 libras, 12 soldos e 6 dinheiros'). Emprestai-nos, pelo menos, uma portuguesa...»

D. Laurent de Pardénos, porém, nunca empresta dinheiro. É uma norma que ele justifica examinando à lupa a natureza

humana mas que acabará por violar, condoído que está com a situação. Empresta-lhes a portuguesa, não sem advertir: «Desobrigar-vos-eis como as mulheres se desobrigam. Pois não é verdade que têm sempre meios de o fazer?»

Mortas de cansaço e de emoção, Léonore e Clémentine voltam para a estalagem e ceiam.

— «Traz-nos vinho de Sétuval» — ordena Clémentine ao criado com uma voz de quem sabe o que pede. «Quero beber à saúde dos larápios que nos roubam. Só aos mendigos é dado divertirem-se sem ofender ninguém.»

Na manhã seguinte, ainda as duas estão na cama e já o alcaide bate à porta do quarto. Vem resgatar o que emprestou. Sade consente que D. Laurent avance em direcção a Léonore e «afaste tudo quanto o atrapalha», que a «exponha num instante quase nua aos seus olhares», mas Clémentine ali está para chamar por socorro e pela hospedeira.

— «Senhora, a nossa história é curta...» «Este homem é um indigno...» «Chegámos das colónias; por meios nossos entregámos mais de trezentas léguas de terra à nação portuguesa...» «Recebemos louvores e gratificações pelos nossos serviços...» «Pedimos ajuda a este miserável...» «que exije, como indemnização, que nos prestemos aos seus infames desejos...»

Embaraçado, D. Laurent nega.

— «O embaraço deste monstro vos dá prova do seu crime...»

Vai a hospedeira assim: «Não tenho vontade de sustentar de graça duas fêmeas...» «As minhas criadas abandonaram-me ontem e ofereço-vos o lugar delas.»

É de mais.

— «Deus santíssimo!» — grita a fogosa Clémentine, atirando-se de punhos erguidos à megera. — «Nós! Ocuparmos o lugar de criadas! Fica a saber, galdéria ao quadrado (no original francês não é tanto, é só 'dupla'), que a minha mãe lá em casa tem algumas que valem mais do que tu...»

Léonore resolve intervir, muito digna: «Aqui tendes» — diz ela, tirando do pescoço um pequeno colar com crucifixo de ouro — «aqui tendes o que vos dá resposta». A hospedeira aceita a oferta e concede-lhes alojamento caucionado pela jóia.

Mas quando a tempestade acalma, as duas amigas meditam durante várias páginas. O que fazer? «Sinto tão pouca vontade de me prostituir como tu», avisa às tantas Clémentine. «Os nossos projectos são chegar a Madrid...» «Mas, neste século de horror e depravação, os homens não dão esmola a raparigas como nós sem exigir o lucro do seu dinheiro.»

A acção parece que vai chegar a um impasse. Roubadas, magoadas na sua educação e na honra, dir-se-ia que Sade arrastará o tempo naquele albergue da Strella e não prevê, para já, nenhum sobressalto. No entanto, o dia vai a meio e batem à porta. Um lacaio de libré entrega-lhes uma carta:

«... O duque de Cortéreal teve notícia da perda que acabais de sofrer; pode dar-vos indicações seguras sobre a bagagem que vos roubaram. O mesmo homem que vos leva este bilhete voltará a buscar-vos de carro, quando for noite, e conduzir-vos-á a uma casa de recreio, várias milhas para lá de Belém...»

Camarieros, o criado, adverte-as:

— «Não duvideis de que as malas estejam efectivamente na casa desse senhor; mas nunca haveis de reavê-las se não lhe satisfizerdes os desejos, dele e dos seus amigos...» «As suas riquezas são prodigiosas, dois terços delas consumidos com mulheres...» «Como um deles é chefe do património real, tem por meio favorito mandar gatunos a seu soldo até às salas onde as bagagens são inspeccionadas, para observarem os viajantes de terra ou de mar e, quando encontrarem caça a seu gosto, fazerem aquilo que vos foi feito...»

— «Temos de lá ir» — afirma Clémentine, tentando ignorar as hesitações de Léonore.— «Temos de recuperar as malas e esmagá-los com as nossas censuras, petrificá-los com a nossa resistência...»

A voz de Léonore recorda, na Carta XXXVIII deste romance filosófico, o mau sonho de Lisboa, as provações do trajecto: «Era longo e tinha-nos sido pintado com más cores logo à saída da cidade que deixávamos para sempre; seguimos mais ou menos duas léguas pela margem do Tejo e depois cortámos repentinamente à esquerda... (Julgará o leitor que, avançando pela margem do Tejo na direcção de Belém e cortando à esquerda, vai parar ao rio? Não senhor, irá)... para os lados de Leivia; depois

abandonámos a estrada larga e metemo-nos por um bosque, por uma frondosa álea que acabou por deixar-nos no portão de cocheira de uma casa erma mas de muito bela aparência.» «Surgiu uma velha governanta que alumiava o caminho com uma candeia.»

— «Minhas queridas filhas (é a velha a falar), tende a bondade de submeter-vos ao costume da casa; nenhuma mulher pode entrar vestida nos aposentos onde vos esperam os respeitáveis senhores com quem tendes encontro...» «Ajudar-vos-ei, se tal vos aprouver.»

As duas raparigas recusam-se, implacáveis, ao descaro daquele ritual. A governanta cede: «Segui-me então assim, já que sois teimosas como mulas da Galiza...»

Ainda Léonore: «Quatro homens entre os cinquenta e os cinquenta e cinco anos, vestidos com roupões de flutuante tafetá que os deixava meio nus, passeavam numa grande agitação pela sala.» Sade coloca as duas heroínas na iminência de uma orgia de carnes maduras ou mesmo decrépitas. Detém-se um pouco naquela imagem de tafetás baloiçantes e sem promessa de grandes vigores, fala-nos das malas que sempre ali estão, «todas três pousadas na mesa à frente delas». Mas Clémentine e Léonore resistem, encarecem a sua nudez.

— «Para que servem tais dificuldades? Não parece tratar-se de grande mistério, ver duas [putas] completamente nuas!...» «Julgais que vindes ditar aqui as vossas leis?»

— «Dona Ruffina» — diz um deles que até ali não abrira a boca — «agarrai-me numa dessas vestais, e que em três segundos lhe não reste nada sobre o corpo...»

— «Parai, senhora» — diz-lhe Léonore, tão altiva que a governanta se alarma — «parai, pois não estamos aqui para isto. Poderei saber, senhores, qual de vós é o duque de Cortéreal?...»

— «Que inocentes!» — é a resposta. — «Como vos enganaram!...» «Sabei que vos encontrais em casa do primeiro corregedor de Lisboa.»

— «Apesar disso, as nossas malas estão aqui!» — diz Clémentine. — «Será possível que encarregados de manter a ordem consigam perturbá-la a tal ponto?»

É uma troca de palavras que se arrasta. Clémentine e Léonore são heroínas de Sade, têm portanto a divagação filosófica na ponta da língua. Qualquer patifaria lhes excita uma récita de grandes princípios morais. Os vilões, esses cedem, cada vez mais, à cólera dos que podem e não mandam.

— «Dona Ruffina» — acaba por ameaçar o corregedor — «se eu me vir obrigado a repetir-vos que façais o vosso dever, amanhã mandar-vos-ei meter numa casa que conheceis e onde não tornareis, por toda a vida, a ver o sol.»

A sentença é pesada e redobra o fervor de Dona Ruffina. As suas vítimas revelam, porém, uma inesperada agilidade. Além do mais, tinham vindo prevenidas com facas: Clémentine brande uma, Léonore outra, atiram ao chão os senis agressores e muito, muito longe, naquela cela da Bastilha, o marquês de Sade consente numa fuga em Portugal e num desabafo que ainda hoje nos consegue perturbar:

— «Deus do céu! Será possível haver no mundo países onde o abuso das mais respeitáveis coisas faça lei, e que o primeiro infractor da lei seja aquele que deveria fazê-la vingar!»

*

Durante século e meio Portugal pouco falou de Sade.

Sim, que era marquês — podia acontecer dizer-se; que à sua volta pairava um inferno de carnes violadas, feridas por um prazer que alcançava assim o seu êxtase; que existem palavras — *sadismo, sádico* — inventadas dentro do seu nome e da sua tara. Uns quantos portugueses chegavam a não ignorar que era escritor — escritor de inacessíveis livros, talvez ocultos em fileiras de trás de grandes bibliotecas mas ausentes das livrarias, quer no francês do original, quer numa edição clandestina que alguma vez tivesse ousado a *Justine* ou a *Juliette* vertida para a língua deste sudoeste estreito e, nessa altura, ainda mais entalado entre Espanha e mar.

Com sorte chegava-se a uma *Justine* brasileira e simplificada em português do Rio, reduzida ao essencial da acção, ilustrada a chicotes e mulheres zurzidas; com mais sorte ainda chegava a saber-se de alguém que guardava lá em casa uma obra do marquês no idioma original, nem sempre «das que valiam a pena»,

nem sempre atingível — pelo risco ou pela raridade da edição que o seu possuidor bem tutelava.

Isto assim até 1947, altura em que começaram a surgir no circuito comercial os Sades-Pauvert. Mas quanta simpatia era preciso cultivar para se ter direito a eles, para conquistar ao livreiro aquele exemplar que a Pide — distraída ou pouco esclarecida — deixara passar!

Neste cenário de ausências e proibições, vai pois entender-se que graça houve nestas duas graças de 1958:

José Cardoso Pires na rádio (jovem autor que acabava de sair de *O Anjo Ancorado* e gozava de uma notada proibição no seu livro de estreia), Igrejas Caeiro entrevistador habitual de uma série chamada «Perfil do Artista»:

— Qual é o escritor que mais admira?

— O marquês de Sade — tinha respondido o escritor, arriscando nas ondas de uma emissora particular a provocação indirecta aos «bons costumes» da sociedade salazarista, irritando talvez uma polícia que acabava de proibir Santareno no palco, Vadim no cinema, Aquilino Ribeiro num livro.

Meses depois Luiz Pacheco, jovem editor que fingia tomar por texto dramático o *Diálogo Entre um Padre e um Moribundo* e o inseria numa colecção de teatro. Ainda não se tratava de um Sade com linguagem crua mas era, pelo menos, subversivo no contexto lusitano ao contar a história do ateu agonizante que derrota as boas intenções de um padre consolador de últimas horas e o deixa enredado nas suas próprias contradições.

Nos anos sessenta, porém, já os editores de Lisboa ensaiavam unhas na sombra. Quer isto dizer que as visíveis aberturas lá de fora lhes inspiravam mais ousadias, provocações que irritavam e causavam pânico em S. Bento e no quartel-general fronteiro ao jornal *A República*, agressor por excelência, perturbando a tranquilidade dos funcionários encarregados de vigiar desvios às normas de boa saúde da imprensa em português. Os editores publicavam mais, aumentavam o número de páginas a inspeccionar e redobravam de astúcias e provocações.

Para dizer tudo, arriscavam. Iam longe os tempos do editor cordato, incapaz de hostilizar excessivamente as regras do jogo, que moderava a inspiração do catálogo pelas ventanias do censor.

E se é verdade que havia uma editora, a Verbo, que gostava de Salazar; e se é verdade que uma grande e importante editora, a Livros do Brasil, se vigiava frase a frase cortando palavrões a Lins do Rego (com a anuência do autor) e amaciando as suas traduções integrais, se conseguia o milagre de ter apenas um *Jubiabá* e um Aquilino, que falava jocosamente de príncipes da nossa História intocável, encalhados num limbo de não reeditáveis e nenhuma outra edição fora do mercado, a Ulisseia, a Portugália do segundo fôlego, a Arcádia, a Europa-América alimentavam generosamente os autos-da-fé.

Portugal fez-se o reino da metáfora. Os escritores portugueses cultivavam a afirmação oblíqua e geograficamente transfigurada. Artur Portela falava do mandarim Whu com o olhar posto no ditador de S. Bento; Augusto Abelaira falava da Florença de Mussolini para retratar Portugal.

Traduziam-se livros suicidas, de apreensão garantida por mais dia menos dia, cuja vida efémera funcionava, sobretudo, como surda confrontação feita ao poder. Uma vez, a editora Ulisseia chegou a atrever-se aos *Condenados da Terra* de Frantz Fanon que era, só por si, em simultâneo com a guerra do Ultramar, um acto de subversão.

As brigadas confiscadoras da Pide da Judiciária saíam para a rua tresloucadas, com uma cabeça perdida que só esfriava depois da ronda às editoras e às livrarias, e de trazer para casa a colheita do dia. Tinham momentos de glória em que apareciam cegas de uma raiva que confiscava a esmo. De uma vez deitaram a mão a *Madame Bovary* (que vingava em português desde o princípio do século), ao *Coração Solitário Caçador* de Carson McCullers, às *Cruzes Profanadas* de João de Deus. De outra, dominadas por grande excitação, fizeram uma *razzia* às Françoises Sagans que só no original e numa que outra esquecida edição brasileira se conheciam, adolescente perversa que tricotava um existencialismo explicado às crianças e abalava, em Portugal, o comportamento juvenil. Júlio Ribeiro escrevera um livro chamado *A Carne?* André Gide outro, chamado *O Imoralista?* Não eram títulos «possíveis». Havia que confiscá-los, trucidá-los, pô-los a arder nos pátios severos do forte de Caxias, soparados em cinza para as águas do Tejo.

O ritual da condenação literária tinha um percurso bem conhecido que se iniciava com alguns vultos a rondar livrarias, homens vestidos de escuro por dentro que folheavam, farejavam palavras, ideias, o feitio político dos autores, e anotavam. Colaboradores de sombra davam-lhes outra ajuda soprada, colhida em cafés, sabida de leitores escondidos que espiavam a letra impressa. Com rapidez pouco burocrática para um organismo oficial, a informação chegava a quem de direito e daí passava às brigadas munidas de um auto de busca e apreensão. Muito mais tarde circulou pelo país a fotocópia de uma destas sentenças de morte que, em 23 de Junho de 1965, dia de grande colheita, visitou as instalações da Europa-América. À volúpia confiscadora aliava-se uma actuação enlouquecida pela falta de cultura, pela vontade de exibir uma encenação própria do poder e disposta a enraivecer-se contra moinhos de vento perturbadores da saúde moral e política dos bons portugueses. Não escapou Borges porque escrevera um livro, *História Universal da Infâmia*, de título impertinente; não escapou Tennessee Williams, com *Fumo de Verão* e *A Noite da Iguana*, porque era dramaturgo de enredos onde imperava uma sexualidade malsã e sobre-excitada por calores do Sul; não escapou *O Autómato* de Moravia porque se tratava de Moravia; não escapou *A Morte do Cavalinho* de Hervé Bazin, vá perceber-se porquê; não escapou... a lista completa cansaria, derramada em demência por dezanove títulos de um só dia e de uma só vez que nem obras amenas poupou, como *Domindo à Tarde* de Fernando Namora ou *Os Primeiros Nove Meses de Vida* de Flanagan.

Já não havia dúvidas de que estava em curso uma grande partida de caça e atingia a sua fase mais apaixonante. Tão imprevista, que deixara de poder estabelecer-se qualquer regra adaptável à sua estratégia. Um título pacífico na editora A poderia ocultar perniciosas intenções na editora B; o autor C podia escrever coisas interditas ao autor D; Malraux, por exemplo, já ministro do governo do general De Gaulle, tinha direito a um passado aventureiro e a um discurso dificilmente consentido em português a qualquer outro ficcionista das convulsões sociais e políticas do Extremo Oriente. O editor, esse, era em princípio um sabotador do regime, estava sujeito a tentações chegadas do estrangeiro, e fazia-se da maior importância dominá-lo.

Andava o país literário a consumir-se nas jogadas deste xadrez funesto, a acender fogueiras com uma temperatura que a ficção científica já determinara (e nos dizia ser de 451 graus Fahrenheit), quando chegou a Lisboa um jovem do norte disposto a amar de fora e do ar os interiores da literatura, decidido — com visível frenesi, com previsível ambição — a assumir o principal papel no mais violento confronto com o poder de censurar que a história de fazer livros em Portugal iria, desde a Inquisição, assistir.

Aos poucos tomou posições. Quando se deu verdadeiramente por ele já frequentava o centro do café Monte Carlo (na altura um reduto de intelectuais vigiado com rigor por duas ou três mesas periféricas), os serões de Natália Correia, uma espécie de salão literário tardio (na hora e na história) que acolhia de bom grado as letras noctívagas de Lisboa. E nestes dois locais compensados como vasos comunicantes se congeminaram os mais provocatórios golpes de edição que a prática de censurar aqui sofreu.

Desta radioactividade nocturna nasceu, de facto, a editora frágil e quase inexistente, sem capitais nem sede, que iria escolher para seu nome uma deusa caucionada pela cultura grega mas que a autoridade não deixaria, mais tarde, legalizar.

— Porquê? — quero saber trinta anos depois e pergunto-o a esse editor (Fernando Ribeiro de Mello com dois éles), nós sentados na Brasileira-esplanada e a dois passos de um contabilista imóvel que alguma coisa, de censuras, também chegara a saber.

— Porque Afrodite era um nome erótico, diziam-me, nada próprio para baptizar com ele uma editora.

— Editora quase clandestina — reparo eu — baptizada com um nome que não entrava nas possibilidades ditadas pelo regime e que conseguia, assim mesmo, publicar.

— Três ou quatro títulos por ano, de acordo com a lei. Ultrapassar esse número estabelecido para uma não-editora-a-sério, hostilizar por esse lado uma brandura legislativa de um país que guerreava livros, seria pretexto para uma proibição absoluta e formal. Tinha, pois, de ser assim: quase inexistente e larvar.

Em 1965, a Afrodite estreava a sua primeira provocação dando ao país *Kama Sutra, Manual do Erotismo Hindu*. E nem sequer um ano passava já os censores estupefactos e irritados com aquela editora ultra-minúscula e leviana, que saía à rua a cantar um

programa festivamente suicida, enfrentavam outro coelho da mesma toca, desta feita uma *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* que Natália Correia ousara construir à custa de momentos fesceninos e de maior licença satírica em grandes e menos grandes nomes da poesia e dos versos em português, aos quais acrescentara uma colaboração contemporânea que vinha de gavetas e colecções privadas, tudo envolto numa embalagem erudita que se julgaria dissuasora de actuações censórias. Mas não foi. As consequências...

— Foram várias — esclareceu-me Ribeiro de Mello. — Houve uma apreensão de cenho carregado que não prenunciava nada de bom. Houve ameaças na PJ (ameaças com vários graus de transparência), um processo no Tribunal Plenário de Lisboa, houve multas. A festa prometia...

— E não decidiu ficar por aí? Achou que essa via, uma hostilização à Censura feita num grau nunca visto em Portugal, era uma importante via de Oposição?

— Achei. Achámos. Se havia Angola, Moçambique e a Guiné a troar ao longe, outros incómodos mais discretos mas que molestassem perto talvez contribuissem para abalar o sonambulismo nacional, fanático e solitário, e para nos fazer entrar para o Mundo.

— Longe de se intimidar, ocorreu-lhe o Sade.

— Foi em 1965. A Afrodite tinha feito uma falsa trégua dando a crer que estava regenerada e se limitaria a obras «possíveis». Um bom exemplo disto foi aquele Cami, livro para fazer tempo e a bem dizer desinteressante, aproveitador sem imaginação da onda francesa que andava a recuperar humoristas do fim do século. Mas uma noite, na casa da Natália Correia, alguém alvitrou o Sade. Era uma hipótese de provocação máxima, associada ao peso de um grande nome da literatura. Havia dificuldades: quase todosos livros «fortes» do marquês tinham dimensões incompatíveis com os dinheiros e os riscos económicos que a editora podia correr. Nada de Justines nem de Julietas, nada de 120 dias: praticamente só sobrava *A Filosofia na Alcova*. Como o pintor Cruzeiro Seixas tinha um exemplar da edição Pauvert abrigado na Estrada da Ameixoeira, lancei mãos à obra. O Herberto Helder aceitou fazer a tradução, o João Rodrigues as ilustrações. A meio

do empreendimento ocorreu-me que era bom jogar com dois prefácios, um pró e outro contra. Não foi difícil encontrar as pessoas indicadas pois havia, por um lado, a vocação libertina do Luiz Pacheco pronta a dar a cara, por outro o peso erudito e reconhecidamente bem comportado do David Mourão-Ferreira.

A assim foi — corria o mês de Março de 66 — que *A Filosofia na Alcova* apareceu em português com a chancela Afrodite, austera na sua capa de cartolina escura lavrada e com letras de um amarelo dourado a envolver com solenidade quase fúnebre aqueles 2000 exemplares a 80$00 (preço elevado para a época), com muitas gralhas a complicar para pior uma tradução pouco elegante de Helder Henrique de onde em onde interrompida por más ilustrações de João Rodrigues. Mas não fazia mal; mas não fazia, ao cabo e ao resto, muito mal: estava-se perante uma provocação de dimensões inéditas às regras de Salazar, girava subitamente no ar um sintoma de sarilho próximo que convocava a incondicional afirmação de muitas solidariedades.

Não vá, porém, imaginar-se que o editor ignorava as precauções indispensáveis a tomar com este texto «especial» lançado à voracidade do público. Logo na primeira página se avisava os «exmos livreiros» que tinham entre mãos «uma obra cujo significado cultural só podia ser devidamente apreendido por pessoas de sólida e amadurecida formação», rogando-se «o maior cuidado na venda», de forma a ser «rigorosamente interdita a menores». Depois, saltadas cinco páginas, ofereciam-se dois prefácios. À escolha. Para começar, o que se encarregava de não gostar do marquês.

Bem... Mourão-Ferreira não contestava o facto de Sade ser um grande escritor; mais ainda: «uma personalidade-padrão, uma figura emblemática, uma espécie de farol». Tinha, sim, um estilo de «chateza confrangedora, estereotipado e uniforme, tecido de constantes 'clichés', sem o risco pessoal daqueles pormenores concretos e daquelas transposições metafóricas que dão relevo e surpresa à linguagem». Por outro lado, o seu mundo romanesco revelava-se «bastante esquemático, regido por leis quase mecânicas»; e, quanto à estrutura, não havia obra sua que não ficasse «pelo desequilíbrio das diversas partes». Sim, era verdade que Bertrand d'Astorg o considerava autor *essencialmente contemporâneo*. E quem sofrera «a experiência de Dachau e de Auschwitz», quem andava ainda a sofrer «a Oeste ou a Leste da Cortina de Ferro a experiência de outros campos mais discretos ou por enquanto menos famigerados», quem conhecesse pelo menos «o relato desses horrores» ou simplesmente vivesse no tempo em que eles decorriam, encontrava-se «em situação tristemente privilegiada para melhor compreender o universo de Sade». Sade contemporâneo? Não só, esclarecia Mourão-Ferreira recorrendo a Klossowski: «meu próximo». Apesar de tudo isto era verdade, porém, que lhe não tinha amor. E sobretudo não perdoava que tivesse o condão, «deveras vexatório», de lhe provocar «muito bons sentimentos». Nenhuma palavra, felizmente, sobre o facto de ser ou não ser oportuno publicar em português um texto de linguagem crua e com ideias em batalha contra todas as regras da moral estabelecida.

A seguir, Luiz Pacheco falava do Sade com sabor local. Depois de uma dedicatória a Natália Correia, «presença portuguesa no Portugal de hoje», apanhava de imediato o tom que é seu e voltava a dedicar o prefácio (agora no próprio texto) ao Dr. Arnelo Manso, juiz que em tempos, numa audiência da Boa-Hora, tivera o «carinho» de o esclarecer quanto a um ponto assente do bom comportamento em português: «a libertinage neste paíxe» (o Dr. Manso falava *axim*) «inda num é permitida...»

Muito mais adiante — avaliados alguns dos sintomas sadianos que aí correm trocados noutras moedas e por outras roupas, dizia: «Quer o Meretíssimo Dr. Manso queira ou não queira, o Cardoso Pires prefira o Laclos, o Casanova[1], quer as autoridades francesas queimem as edições do Pauvert[2] — o Sade está aí, digo tudo; o

---

[1] Depois de declarar publicamente a sua admiração por Sade (em 1958), Cardoso Pires começou a preparar *A Cartilha do Marialva* e preferiu, na esteira de Vailland, ignorar o marquês como libertino. Luiz Pacheco chama a esta omissão «calinada da grossa». É, porém, verdade que a componente patológica da vida sexual do marquês não serve o retrato do libertino com os contornos escolhidos pelo referido estudo.

[2] Terá de entender-se este «queimar» num sentido figurado. Enquanto Portugal queimava realmente livros, a França limitava-se a decidir entraves à divulgação de algumas obras de Sade. Por exemplo, a edição Pauvert de *Juliette* só foi permitida na versão de luxo, encadernada, para restringir a sua circulação; algumas das edições

Sade está entre nós. Digo o mais grave: o Sade está em todos dentro de nós.» Não tivéssemos ilusões, prosseguia Pacheco, aquela edição de Sade em português não aumentaria o sadismo «do nosso povo, nem a sua devassidão. Porque, para dizer tudo, somos um povo cruel, somos um povo devasso». Talvez viéssemos a ser, com a leitura meditada daquelas páginas, «depois um pouco mais, ou uns tantos mais, libertinos».

E continuava: «Um povo cruel? Está à vista. Há provas, até há fotografias horripilantes. E com uma razoável tradição de crueza: leiam *O Encoberto* de Sampaio Bruno, e ali encontrarão matéria de espantar, de como o lisboeta da época assistia regalado, com certo gáudio, aos autos-da-fé na Ribeira.

«Um povo devasso? em terras de Santa Maria?! lendo avidamente ainda *A Rosa do Adro, As Pupilas do Senhor Reitor*, idílicas aguarelas da nossa amorosidade rural?! Pois leiam um artigo do Camilo, a gozar o bom do Júlio Dinis, intitulado *A Moralidade das Aldeias*. Vão lá , não como turistas, de passagem, mas lidem com eles e elas. E não caio na demagogia de carregar, em trâmites de luxúria, nas classes altas (digo: do dinheiro) que ao contrário dos livrecos neo-realistas não são mais devassas do que as baixas (digo: os pobretanas). Trata-se duma refracção da inveja ou do distanciamento, ou ignorância: a gente do dinheiro perde tanto tempo a pensar nele que por vezes nem arranja um quarto de hora livre para gozos rabelaisianos. São castos por dever de ofício. Gentinha altamente perigosa, estas criaturinhas castas!

«Podia trazer aqui casos quase incríveis da vida dos campos, onde se desconhecem os nomes técnicos, clínicos, às coisas, mas as fazem. E, para mim, são estes os melhores: porque as fazem. Na inocência animal, na força imediata dos instintos.»

(...) «Povo devasso: à beira da animalidade ou do vício, portanto. Mas também isso tem o seu lado belo: um povo que não se

---

de bolso 10/18 tinham de anunciar na capa a restrição de venda a menores; outras obras foram mesmo proibidas em colecções populares. Claro está que houve «habilidades»: parece que nunca chegou a ser notado, na França, que *La Philosophie dans le Boudoir* começou a ter, na colecção 10/18, apenas o seu nome alternativo *Les Instituteurs Immoraux* que não constava do *index* fornecido aos fiscalizadores e, assim, «passava».

deixou castrar em séculos e séculos duma religião castradora (e o Padre Amaro é repugnante não por fornicar com a Amélia, que era da ordem natural das coisas, mas por obrigá-la ao aborto, por perdê-la com medo das consequências sócio-económicas da sua ligação).»

E Pacheco terminava assim: «Voltando ao Sade: leiam-no. Não se masturbem mais do que o suficiente para poderem ainda ficar depois o suficientemente lúcidos para o apreciarem e meditarem para fora e muito acima da pornografia. O Sade também ensina a pensar, a conversar, a desfibrar em nós e perante os outros molas ocultas que somos ainda nós, quer o saibamos quer não, quer o queiramos quer o detestemos. Bifando ainda ao Blanchot: 'Não diremos que o pensamento de Sade seja viável. Mas revela-nos que entre o homem normal que encerra o homem sádico num impasse e o sádico que faz desse impasse uma solução, é este que sabe mais e melhor acerca da verdade e da lógica da sua situação e que possui dela uma inteligência mais profunda, a ponto de poder ajudar o homem normal a compreender-se a si próprio, ajudando-o a modificar as condições de toda a compreensão'. Por outros termos, o pensamento de Sade ajuda-nos diante do nosso espelho a medirmos melhor a grandeza da nossa condição. Na alegria da comunicação com o Outro que só o sexo permite, só na cama se totaliza, porque é (quando é) a posse e a entrega absolutas. A nossa verdade: *in sexu veritas*.»

Aos dois prefácios seguiam-se 188 páginas de «filosofia » e de «alcova» interrompidas pelo panfleto célebre —*Franceses, mais um esforço se quereis ser republicanos* — que Sade, sem saber onde incluí-lo, incluira onde tinha podido e calhado, para dizer tudo a martelo no Quinto Diálogo. A edição omitia o título alternativo da obra, *Les Instituteurs Immoraux*, que tão bem reflecte aquela tentativa de educar na luxúria, de contra-educar uma jovem através da pedagogia da perversão ou, utilizando uma palavra preferida por um comentador de Sade, um *pornograma* que percorre a temática indissociável de uma prática generalizada da transgressão.

M.me Saint-Ange, mulher atraída por uma incansável curiosidade erótica, já «fodida por mais de dez ou doze mil indivíduos», propõe ao cavaleiro Mirvel, seu irmão, e a Dolmancé, libertino empedernido, que em conjunto levem a cabo a educação de

Eugénie de Mistival, ingénua de quinze anos. Apenas num dia de diálogos seguidos de exemplificação, a jovem aluna mostra-se tão hábil a assimilar o catecismo transgressor que, no final do livro, declara: «Já sou ao mesmo tempo incestuosa, adúltera e sodomita, e tudo isto numa rapariga que só hoje foi desflorada...»

«Uma rapariga bonita só deve preocupar-se em foder e não em gerar», diz Dolmancé, o principal teórico deste curso. «Vamos passar por cima de tudo quanto respeita ao chato mecanismo da povoação para nos agarrarmos principalmente às volúpias libertinas cujo espírito nada tem a ver com povoar».«Dissestes-lhe que foder era pecado quando consiste, afinal, no mais delicioso acto da vida»: para resumir, o marquês de Sade; e realmente, como Alexandrian disse, um «libertador do amor».

A Filosofia na Alcova vendeu-se durante alguns dias, não excessivamente exposta nas livrarias onde foi distribuída, as mais das vezes comprada com voz sumida, como se estivesse em causa uma daquelas obras que o livreiro ia, se fosse, «buscar lá atrás» e trazia «pronta», de embrulho feito — cultivada encenação de mistério, deferência, confiança, entendimento entre os dois lados do balcão contra o poder confiscador. Até que...

Até que Henrique Parente, funcionário da Judiciária, em 29 de Março resolveu apresentar serviço. Teve «a honra de informar» superiormente, em folha timbrada, que «constava estar à venda e em circulação um livro pornográfico, protótipo da desmoralização, com o título *A Filosofia na Alcova*.» Era do marquês de Sade. E esclarecia: «tal livro, segundo consta, tem sido *(sic)* editado por Fernando Ribeiro de Mello, residente na Avenida António Augusto de Aguiar, 3, 2.º letra A, nesta cidade». (O bom agente é, como sabemos, perito em descobrir moradas.)

Datado do mesmo dia houve um despacho superior que não escondia, na letra, na economia das palavras, alguma irritação: «Passe-se imediatamente busca.»

Uma semana depois havia trabalho feito e boa se achava a ocasião — noutro reduto, paredes-meias com o centro do Poder — para serem solicitados mais serviços à diligente Judiciária. O Chefe da Secretaria da Direcção dos Serviços de Censura da Presidência do Conselho tinha a honra (também ele) de comunicar que *A Filosofia na Alcova* fora proibida de circular no país e aproveitava

relembrar dois desacatos anteriores da mesma editora, nessa altura já apreendidos: *Manual do Erotismo Hindu* e *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica.* «Muito agradeço a colaboração prestada por essa Polícia a estes Serviços», concluia ele, solicitando «o favor do envio urgente de um exemplar de cada um dos referidos livros». (Dizia-se, realmente, que S. Bento gostava de ler!)

Os movimentos que se concertavam em redor deste Sade com a ousadia de falar em português tornavam-se complexos. Dias antes, já o editor fora ouvido em auto de declarações pelo inspector Jorge Alberto Aragão Seia.

— Queria saber tudo — relembra Ribeiro de Mello.— «Quem é este tradutor Helder Henrique?» Tive de explicar que não existia nenhum Helder Henrique; a tradução fora entregue ao Herberto Helder, que não chegara a fazê-la por razões pessoais. Dera-a por sua vez a outro, meu desconhecido; aquele nome era um pseudónimo de minha inteira responsabilidade. «E os prefaciadores?», «Convidei-os directamente a escrever um texto com aquele fim.» «E quem é este João Rodrigues, ilustrador?» O Dr. Seia queria saber as moradas. «Não sei de nenhuma morada», respondi. «Posso encarregar-me apenas de contactar com eles.»

O interrogatório ainda não chegara ao fim.

— Senti que era dever meu declarar-me responsável único pela edição, feita com dinheiro que eu tinha e outro, emprestado. Mas o Dr. Seia não desarmava. «E a tipografia, quanto lhe levou?» «Ainda não sei.» «Em que livrarias o livro foi distribuído?» «Não muitas, dadas as características da editora e da obra: em Lisboa a Sá da Costa, a Bertrand, a Divulgação, a Ática, a livraria de Eduardo Rodrigues Pereira; em Coimbra a Almedina; outras na província, que ignoro.» «Quantos exemplares foram colocados?» «Não sei.» Mais tarde fui informado de que tinham sido apreendidos 1267 exemplares da edição de 2000. Para resumir, vi-me obrigado a contactar com os intervenientes explícitos e a dizer-lhes que fossem à Judiciária. Com excepção de Luiz Pacheco (na altura a viver nas Caldas), foram ouvidos na semana seguinte.

David Mourão-Ferreira resumiu os argumentos já conhecidos do seu texto. O autor tinha «valor cultural» mas ele sentia repulsa pelos temas que era seu costume abordar e só tinha podido comprometer-se a escrever um prefácio contra Sade.

Herberto Helder, esse explicou que se desinteressara da tradução por razões várias, algumas delas pessoais, e acabara por entregá-la a outro. «Outro, quem?», perguntava o Dr. Seia atrás dos óculos de aros grossos. «António Manuel Calado Trindade.» Perante a situação — um tradutor que não traduzira, outro que o fizera mas não a mando do editor — acabara por inventar-se um pseudónimo que conservava o Helder somando-lhe outro nome também começado por hagá.

Quanto a João Rodrigues, assumia tudo: já tinha lido a obra e aceitara fazer ilustrações subentendendo que se destinavam a uma edição em português.

No dia seguinte Calado Trindade (o novo interveniente no processo) era interrogado; e um mês depois, nas Caldas, Luiz Pacheco.

Calado Trindade (um estudante universitário com 22 anos que cumpria o serviço militar) nada tinha a dizer ao Dr. Seia que acrescentasse sabor novo à anedota do processo nem motivo de acrescida excitação. Sim, aquele trabalho fora-lhe proposto por Herberto Helder e aceitara fazê-lo; na altura não sabia a que editor se destinava mas admitira como objectivo a sua publicação.

O palco demorou um mês a deslocar-se para as Caldas. Com novo cenário, o Dr. Humberto Carlos Amado Gomes substituira o Dr. Seia e o argumento aconselhava-lhe a mostrar grande interesse por antecedentes criminais que pesavam sobre o corpo magro do arguido.

— Já tinha — confirmava Luiz Pacheco sem hesitações — respondido duas vezes como réu: a primeira por estupro, a segunda por atentar contra o pudor e desobedecer ao Tribunal. Numa e noutra fora condenado. No que respeitava ao seu trabalho como prefaciador podia, sim senhor, dizer que escrevera o texto propositadamente para a edição portuguesa de *A Filosofia na Alcova* e chegara ao ponto de rever provas tipográficas do que lá tinha aparecido com a sua assinatura.

Ninguém duvidava de que estivesse na forja um processo exemplar e com pretensões a garantir entre os rebeldes um efeito dissuasor que as memórias se encarregariam de alargar por muitos anos; capaz de fazer sentir aos homens da cultura que havia regras em Portugal, insensíveis aos figurinos de uma

Europa que parecia preparar-se para novas aberturas e se dispunha, por exigências desmedidas dessa abertura, a alargar os cordões à sua decência.

Viu-se, entretanto, que David Mourão-Ferreira era o que podia chamar-se «um homem de sorte». O seu prefácio alegara razões e desenvolvera ideias que escapavam por completo ao centro do processo, argumentara incipiências de estilo e estrutura, uma repulsa em nome pessoal pelo universo do autor e pelo vexame que era sentir-se, quando o lia, com muitos bons sentimentos, e tudo isto a Judiciária confundira com as suas próprias razões sem reparar que nunca se perfilhava ali o seu ponto de vista — o crime da divulgação do texto «pornográfico», o que significava de intolerável ultraje à moral pública. Com este equívoco o seu nome já não figuraria na segunda fase do processo, era arredado da grande encenação de poder que anunciava para breve a sua festa.

Quanto a João Rodrigues, réu indiscutível, não chegou vivo à audiência. Talvez seja difícil explicar a nuvem negra que andava com ele por Lisboa, que lhe soprava angústias e humores de uma grande ferocidade, que a suas horas lhe complicava o talento com fantasmas que já não iludiam — os fantasmas de quem está por um fio. Poderá arriscar-se que ouviu um segredo insuportável; que foi arrancado ao estirador do seu desenho técnico e compelido a estatelar-se de salto, janela fora, num passeio da cidade.

Os arguidos reduziam-se, pois, a quatro quando o Tribunal Plenário julgou este caso de «abuso de imprensa»: estava-se a 19 de Outubro de 1967, um ano e meio decorrido desde a altura em que fora posta a circular *A Filosofia na Alcova*.

O Tribunal ouviu, ripostou e concluiu o que estava concluído: tratava-se de um texto e de ilustrações «abertamente pornográficas», «atentatórios da decência, dos bons costumes e da moralidade pública, para além do valor que, sob qualquer outro aspecto literário, se pretendesse atribuir a tal obra.» «Só por um desvio de entendimento, forçado pela necessidade de defesa do que normalmente a moral pública rejeita, se poderia alegar que a divulgação em língua portuguesa daquela obra obedecera a fins culturais.»

«Era de todos sabido que, aos vulgares leitores de semelhantes escritos, não interessava, nem a forma literária do livro, nem o

estado psíquico do seu autor, nem o reflexo da sua obra como fenómeno de patologia sexual, mas sim e unicamente quanto de lúbrico se continha em suas narrativas, impregnadas de provocante erotismo.

«Apelidar de cultural o fim que ditara a publicação do livro era trair o significado de cultura, na medida em que à sua sombra se conspurcavam princípios morais protegidos por lei, sem se ter em conta o que de digno devia prevalecer numa autêntica e salutar cultura humanista.

«De resto, não estava somente em causa a narração pormenorizada de aberrações e vícios que os seres normais repeliam, mas que os pervertidos sexuais aceitavam e imitavam. A tradução revelava extremos de sujidade próprios de uma obra predestinada a contribuir para a depravação dos costumes, sem respeito sequer pelo decoro da linguagem que sempre foi apanágio de toda a literatura que se diz cultural.

«Os vocábulos usados, da mais requintada obscenidade, eram por tal modo ultrajantes e grosseiros, que nem os dicionários de uso mais vulgar os inseriam, certamente para não ofenderem a moral pública, no sentido em que este conceito era considerado normalmente.»

A indignação prolongava argumentos, acusava de indecentes as ilustrações do réu falecido, apontava a ineficácia do aviso aos livreiros inserido no livro para concluir que todos os arguidos tinham cometido crime de ultraje à moral pública através da imprensa e o conteúdo da obra era um estendal de matéria ofensiva. Só faltava o fim, a sentença que iria graduar penas pela dimensão dos delitos, estabelecer penitências — em dias de prisão remíveis (calculava-se já) a troco de escudos.

O elenco da peça tinha acabado por ser impressionante ao concentrar apenas num acto juízes e assessores, testemunhas bem conhecidas da inteligência portuguesa, advogados de nome sonante. Fernando Ribeiro de Mello fora defendido por Manuel João da Palma Carlos, Herberto Helder por Luís Francisco Rebelo, Luiz Pacheco por Fernando da Rocha Calisto. Por falta de posses, Calado Trindade beneficiara do defensor oficioso Jorge Sampaio.

As sentenças eram aguardadas com uma expectativa que fazia contas a riscos futuros. Jogava-se nelas o futuro grau de bom

comportamento exigido às editoras portuguesas. Acabou por ouvir-se que Ribeiro de Mello seria condenado a oito meses de prisão substituídos por uma multa de 50$00 por dia, em igual tempo de multa à mesma taxa e a um imposto de justiça de 2000$00; que o tradutor Calado Trindade seria condenado a seis meses de prisão substituídos por uma multa de 15$00 por dia, em igual tempo de multa à mesma taxa e a um imposto de justiça de 800$00.

Quando chegou a vez de Herberto Helder, o Tribunal chamou-lhe «cúmplice». E quanto valia ser cúmplice? Três meses de prisão substituídos por uma multa de 25$00 por dia, em igual tempo de multa à mesma taxa e a um imposto de justiça de 1000$00.

E a actuação de Luiz Pacheco, prefaciador agravado por um jeito muito seu para cometer ofensas e fazer troças que embaciavam a dignidade de altos magistrados do país? Só pelo prefácio, seis meses de prisão substituídos por uma multa de 20$00 por dia, em igual tempo de multa à mesma taxa e a um imposto de Justiça de 900$00; pela honra do Dr. Arelo Manso gozado na pronúncia, acusado de «cegueta» quando se tratava de devassidão comercializada «mai-la sua moralidadezinha», 10 000$00 (na época, dois fabulosos fatos do «espaço» Lourenço A. Santos) à conta de indemnização.

A editora Afrodite não emergiu, pode dizer-se, das ondas em que estivera mergulhada. Tentou resistir, manter ares que tinham sido da sua graça. Ainda chegou a tocar-lhe outra saída do mercado — uma subversãozinha que a Censura não engoliu e se chamava *Antologia do Conto Abominável* —, perdeu-se um pouco por outras antologias, uma delas promovida com luso-dalianas atitudes na rua do Cabo (o editor dentro de uma banheira gigantesca com água irremediavelmente fria), divagou por textos portugueses há muito esgotados ou mal conhecidos. Às tantas, subitamente largada na Europa, quis ter outro fôlego de outra inspiração.

— Não escreva isso — disse-me o editor, e tinha a voz irritada. — Ainda era a mesma luta contra o poder. O meu mal foi querer provar, com alguns anos de antecedência, algumas coisas que toda a gente agora sabe: os regimes do Leste dividiam a sociedade em classes fortemente hierarquizadas, faziam uma censura feroz às ideias, à liberdade de criação, sob o ponto de vista económico

eram uma aldrabice. Tentei dizer isto mas era cedo, quem lia livros preferia acreditar no que lhe convinha.

— Seria preciso chegar ao *Mein Kampf* de Adolfo Hitler? O que tinha ele a ver com os regimes de Leste?

— Tinha o seguinte: um discurso praticamente igual, assustadoramente igual. Igual porque discurso caucionador, em todos os regimes totalitários, da necessidade de fazer crer ao povo que a sua dureza é inspirada por princípios nobres e pela vontade de o proteger. Os extremos tocam-se.

— Mas em Portugal já tinha havido eleições democráticas, e a Afrodite insistia nessa cruzada...

— Acha que a situação estava estabilizada? Que já não havia perigo? Lembre-se de que a União Soviética ainda praticava uma política de infiltração, e este canto era muito apetecível como pedra a tomar no xadrez universal.

— Mas era uma estratégia editorial errada. Não basta publicar livros «contra». É preciso haver uma clientela significativa para esse «contra», que suporte essa inspiração editorial. No tempo de Salazar, a Afrodite dirigia-se à vontade de oposição da quase totalidade dos intelectuais portugueses. Nesta segunda fase, os livros publicados não tinham um destinatário suficientemente amplo para suportar os investimentos da edição. Era um suicídio.

— Sempre travei batalhas suicidas, sempre me atirei de cabeça pelas minhas verdades sem medir muito as consequências. Hesitar, seria pressupor uma frieza que não tenho, e mau será que um dia venha a tê-la. Editei o Sade quando era impossível editá-lo. O degelo marcelista permitiu alguns Sades sem risco, na Arcádia, na Estampa, creio que na Presença; e depois de não haver censura apareceram dois com linguagem crua, um na &Etc e os volumes de *Os 120 Dias de Sodoma*. Mas eu editei Sade contra Salazar, com todo o risco que era estar contra ele, editei-o para abalar a censura...

— Já reparou que o caso Afrodite acaba por chegar a um impasse que parece ter um paralelo com o próprio drama do marquês e da marquesa de Sade? A Afrodite teve apoio público enquanto publicou escândalos nacionais e agora, o seu actual silêncio, a sua actual reclusão, inspiram um certo enfado, um ressentimento...

— Não tenho grandes hipóteses. O momento editorial é mau, e deixou de haver lugar para o meu antigo papel. Não existe nada que me permita editar perigosamente contra.

— Não sei se conhece a peça de Mishima sobre a marquesa de Sade. Será mau teatro, mas um bom livro. É uma peça que mais parece escrita para ser lida, e muito menos representada. Baseando-se no que é sabido da biografia da marquesa, Mishima não oculta que ela apoiou o marido no bem e no mal enquanto ele actuou, enquanto ele cometeu actos que o levavam a sucessivas prisões. Havia nisso uma vitalidade redentora que lhe deu ânimo, que a fez defender sempre os seus desvarios. Depois, o marquês quedou-se tempos infindos encarcerado, escreveu na reclusão textos talvez agressivos mas sem aquele papel imediatamente escandaloso em todo o país que alguns actos seus tinham cumprido. A marquesa desiludiu-se e fartou-se. Na última cena da peça, quando a criada vem anunciar que a Revolução libertou o marquês e ele está à porta de casa para ser recebido, ainda aguenta uma derradeira descrição do seu aspecto.

«Está tão modificado, que até tive dificuldade em reconhecê-lo, diz a criada. Traz roupa de lã escura remendada nos cotovelos, e uma camisa de colarinho tão sujo que comecei por tomá-lo por um mendigo. A descrição prossegue, detém-se na corpulência, nos dentes podres... E a marquesa borda, indiferente.

«Charlotte, a criada, prossegue: — Acabou por perguntar-me se não estava a reconhecê-lo. Sou Donatien, Alphonse, Francois, marquês de Sade.

«E sabe o que é que a marquesa responde?

«Responde isto: — Vai dizer-lhe que se vá embora. Olha, diz-lhe ainda mais isto: que a marquesa de Sade nunca mais voltará a recebê-lo.»

— Com esse paralelo não estará a ser cruel de mais para mim, para a Afrodite?

— Disse-me há pouco que o seu papel é irrepetível, se esgotou.

— Por favor... traga a conta — diz o ex-editor ao empregado da esplanada, sem ocultar a pressa que sente em sair dali.

Começámos a descer o Chiado.

— Vamos dar uma olhadela à Bertrand, ver o que tem na montra — proponho eu, para correr para mais longe algumas

nuvens que teimam em baixar e em perseguir-nos Garrett abaixo.

— Não posso, estou cheio de pressa.

Ele — Ribeiro de Mello com dois éles, ex-editor do *Kama Sutra*, de poesia erótica, de um Sade a sério — queria lá saber!

Lagos, 1990

Agradecimento: a Maurício Porto Medeiros, que me possibilitou o contacto com Ribeiro de Mello, e a Raquel Valadas, que me franqueou os seus arquivos sobre a década literária de sessenta.